



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 093

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE AGOSTO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 093

84ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Designações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 05

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 09

Dep. Douglas Fabrício 10

Dep. Valdir Rossoni 11

Dep. Geraldo Cartário 13

Dep. Luiz Eduardo Cheida 14

Dep. Marcelo Rangel 14

Grande Expediente:

Dep. Luciana Rafagnin 16

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 12

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 15

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 18

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Ribas Carli Filho 19

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 20

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

Redação Final 22

2ª Discussão 23

1ª Discussão 23

Requerimentos 24

Encerramento da Sessão 25

Comissão Executiva

Indicações Legislativas 26

DIÁRIO Nº 093

84ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 84ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato,

Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Ademar Traiano, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, Miltinho Pupio, Osmar Bertoldi e Tadeu Veneri (07).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Beti Pavin, Elton Welter, Luiz Claudio Romanelli e Professor Luizão (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 255/07

SÚMULA:

Sugere medidas contrárias à instalação de praças de pedágios, na BR-116, entre os municípios de Fazenda Rio Grande até o município de Rio Negro.

Sr. Ministro dos Transportes

O Deputado Geraldo Cartário dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em nome da população dos municípios de Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro, reivindico que o Ministério dos Transportes posicione-se contrário à instalação de praças de pedágios, na BR-116, entre os municípios de Fazenda Rio Grande até o município de Rio Negro.

II - O motivo da minha preocupação é que circula informação que seriam instaladas praças de pedágios entre os municípios de Fazenda Rio Grande até o município de Rio Negro, o que traria enorme prejuízo à sofrida comunidade paranaense e catarinense que já lutam com grandes dificuldades.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

INDICAÇÃO Nº 256/07

SÚMULA:

Propõe a pavimentação asfáltica na estrada que faz

a ligação da sede do município de Luiziana à localidade denominada Valinhos.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação asfáltica na estrada que faz a ligação da sede do município de Luiziana à localidade denominada Valinhos.

II - É de conhecimento de todo o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Luiziana, justificando que o trecho é de 7 (sete) quilômetros aproximadamente, e atualmente possui um calçamento de paralelepípedo que poderá servir como base para o asfaltamento.

IV - A pavimentação pretendida facilitará de forma bastante significativa o acesso à localidade denominada Valinhos, beneficiando também vários municípios da região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Presidente da Comissão de Agricultura, para representar esta Casa de Leis na viagem de estudos para a Alemanha e Itália, entre os dias 08 de outubro de 2007 a 21 de outubro de 2007, que tem por objetivo promover intercâmbio técnico com escolas, empresas e Governos locais na formação de pessoa, difusão de tecnologias e formulação de políticas públicas para a modernização do setor de carnes.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2418

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de votos de congratulações e aplausos ao Comandante da Companhia de Polícia de Choque, Major Chegade Elias Geha e a toda corpora-

ção, pelo eficiente trabalho que em menos de 24 horas resultou na desarticulação da quadrilha responsável pelos assaltos a bancos e à agência dos Correios em Ortigueira, região central do estado.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Comandante da Companhia da Polícia de Choque, Major Chehade Elias Geha, no endereço: Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 - CEP 80230-110, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2406

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, ao Diretor-Presidente da COAMO Agroindustrial Cooperativa, engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao engenheiro agrônomo José Aroldo Gallassini, Diretor-Presidente da COAMO, pelos relevantes serviços prestados em prol da comunidade paranaense.

Idealizador na formação desta cooperativa em 1970, implantou os primeiros experimentos de trigo na região. Com isso os agricultores passaram a produzir e ter uma nova preocupação a quem vender a produção e com isso surgiu a idéia de organizar uma cooperativa de produtores rurais.

A COAMO recebe hoje cerca de 3,3% de toda a produção nacional de grãos e fibras e 17% da safra paranaense. No Brasil é a maior cooperativa agrícola, operando junto aos seus cooperados desde o plantio até a comercialização.

REQUERIMENTO Nº 2407

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Associação da Vila Militar.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a AVM - Associação da Vila Militar, por ocasião da posse da nova diretoria eleita para o triênio 2007/2010, tendo como Presidente o Coronel Oscar Paluch.

Destacamos os relevantes serviços prestados por esta associação em prol de sua classe.

REQUERIMENTO Nº 2408

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Bagdá Café.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Bagdá Café, pela qualidade do atendimento prestado pela sua equipe, pela contribuição ao desenvolvimento do turismo gastronômico da capital paranaense e pelo tratamento personalizado oferecido pelos garçons aos seus clientes, atendendo-os sempre com cordialidade e gentileza.

Destacamos o empreendedorismo do proprietário Sr. Jorge Adnan Jezzini, que há 11 anos vêm promovendo a cultura árabe em nossa capital.

REQUERIMENTO Nº 2417

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que o presente subscrive, facultado por suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a aprovação do douto Plenário desta Casa Legislativa Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Juiz de Direito Dr. Gilberto Ferreira, eminente Relator do processo, junto ao TRE-PR, para criação de mais uma zona eleitoral na comarca de Marechal Cândido Rondon, solicitando a continuidade do processo para a efetiva instalação dela, ainda no presente ano.

A criação de mais uma zona eleitoral na comarca de Marechal Cândido Rondon é objeto imperioso e que não mais pode ser suspenso ou ter descontinuidade. A sua instalação na citada comarca é inquestionável, por ser absolutamente necessária, pois, manter uma única zona eleitoral para atender eleições de 6 municípios (a comarca de Marechal Cândido Rondon compõe-se de 6 (seis) unidades municipais), chega a ser uma incumbência e uma tarefa desumana para um único Juiz Eleitoral, diante da alta demanda existente em período eleitoral.

Manifestam-se todas as autoridades e lideranças comunitárias desses 6 municípios, por entenderem ser uma questão de justiça e dignidade, para que não haja interrupção e recuo no processo de criação de mais uma zona eleitoral na comarca de Marechal Cândido Rondon.

Mesmo que o TRE-PR, por força da legislação vigente, não possa criar uma zona eleitoral, que então, proceda a transferência de uma zona eleitoral de qualquer das comarcas paranaenses.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2419

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que esta Mesa Executiva envie expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Valter Bianchini, solicitando informações e cópia da conclusão dos estudos

produzidos pelo Grupo de Trabalho da SEAB instituído pela Resolução nº 0107/06, grupo este que elaborou um estudo sobre os insumos utilizados no sistema de produção da agricultura orgânica no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 2411

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Praia Grande - município de Matinhos, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nessa região, principalmente na R. Isaura Maria Clara da Silva e proximidades.

Há muitos ladrões que roubam casas, fios elétricos da rua e que fazem uso de drogas, apavorando os moradores. São muitas as ocorrências e os moradores estão completamente sem segurança.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2412

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido do Sr. Eduardo Kovaliuk, que pede policiamento ostensivo na Praça 19 de Dezembro - Praça do Homem Nu - para coibir vandalismos e degradação do patrimônio cultural de nossa cidade.

Muitos desocupados frequentam essa praça, praticando atos de vandalismo e a presença de policiais certamente inibirá a ação dos mesmos.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2413

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores e pais de alunos do Colégio Estadual Ayrton Senna (antigo Colégio Ambrósio Bine), os quais pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo em frente a esse estabelecimentos de ensino.

No local existem gangs que estão agindo constantemente e tomando conta da região, apavorando toda a comunidade, principalmente os pais, alunos e moradores próximos.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 595/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A partir de janeiro de 2011, Delegados e Delegadas de Polícia, titulares das delegacias e subdivisões policiais serão eleitos pela população dos municípios onde prestarão serviço profissional.

Art. 2º Podem disputar a função:

I - maiores de 18 anos de idade e que votem no mesmo município onde disputam o cargo;

II - pessoas que não tenham sofrido condenação, transitada em julgado, no Poder Judiciário.

Art. 3º O mandato terá a duração de 04 anos, podendo ser interrompido, caso o plebiscito convocado pela população desaprove o trabalho de quem for eleito.

Art. 4º No mesmo pleito, será eleito 01 suplente, que responderá pelas funções, em caso de licença, morte ou renúncia da autoridade titular.

Art. 5º Caberá à Secretaria da Segurança Pública baixar as normas que garantam o cumprimento da presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Delegar à população o direito de eleger os Delegados e Delegadas de Polícia, é uma grande transformação no serviço público paranaense. Atualmente, a Secretaria da Segurança Pública faz a designação de pessoas para essas funções, que nem sempre conhecem o município. A maioria acaba se identificando com a sociedade local, mas outros não conseguem o mesmo feito.

Alguns países de 1º mundo já adotam, há vários anos, o sistema de delegar aos municípios, com rendimentos altamente satisfatórios, a tarefa de escolher quem deve responder pelo comando de segurança pública na cidade. Confio que o Paraná dará um notável passo de modernidade, aprovando o presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 596/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o artigo 41 da Lei Complementar nº 076, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar nº 076, de 21 de dezembro de 1995, dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos.

No seu artigo 41, dispõe que: *Fica o estado autorizado a cobrar pedágio pela utilização de vias estaduais conservadas ou vias federais delegadas.*

O objetivo desta proposição é, ao revogar esse artigo da lei complementar, não permitir qualquer autorização para concessão ou permissão de pedágio no estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que visa não permitir a instalação de novos pedágios no nosso estado.

PROJETO DE LEI Nº 597/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada a quadra de esportes do Colégio Estadual Juracy Rachel Saldanha Rocha - Ensino Fundamental e Médio, localizado no Município de Marialva, de Quadra de Esportes Marcos Paulo Prado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O cidadão Marcos Paulo do Prado, filho de Paulo Pires do Prado e Delfina Pepinelli do Prado, tendo como irmãos Andréia Cristina do Prado e Daniela Pepinelli do Prado, nasceu em Marialva/PR, na data de 29 de janeiro de 1974.

Aos oito anos de idade, fixou residência no Conjunto Habitacional Assumpta Lembi Andreazzi, onde cresceu e estudou. Faleceu no dia 27 de abril de 1998.

Sempre foi uma pessoa honesta e dedicada ao trabalho. Desportista e líder na comunidade, apoiou firmemente as práticas esportivas entre os jovens.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis ao projeto de lei que apresento, por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 598/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a doar para o município de Lobato o imóvel sob transcrição das

transmissões nº 2459, livro 3-A do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Astorga, constituído da data de terras nº 07, quadra 18, com área total de 618,70 m², no qual existe uma edificação com 218,67 m², localizado na Av. Valdemar Galdino da Silva, nº 46, no município de Lobato.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Referido imóvel localizado no município de Lobato está cedido para este com autorização da Lei Estadual nº 14967/05, tendo a cessão de uso vigida até 31 de dezembro de 2006 e prorrogada para utilização pelo município para o desenvolvimento de atividades da administração pública municipal, com ajuste no termo de prorrogação e cessão de uso de imóvel nº 002/07 da Secretaria da Administração e da Previdência do Estado do Paraná.

Justifica-se o presente projeto de lei tendo em vista que para o efetivo uso da edificação a Prefeitura Municipal terá que fazer recuperação do prédio, haja vista que há muito tempo o estado não faz nenhum reparo no mesmo.

O valor para a sua recuperação e reforma da edificação está orçado em R\$ 32.558,62 (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos) e a única fonte de receita para realizar a recuperação são os recursos municipais.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 599/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Horto Florestal Dr. Luiz Teixeira Nendes, na cidade de Maringá, área de propriedade da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, para transformá-lo em Parque Estadual de Reservas Biológicas e Naturais.

Art. 2º O imóvel é constituído em terreno urbano de 17,5 alqueires, está destinado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná como ponto de reserva e à criação de mudas para recomposição da arborização urbana.

Art. 3º O Poder Executivo Estadual, em concordância com o a Prefeitura Municipal de Maringá, criará no parque a que se refere o artigo 1º um Jardim Botânico, para preservar flores e plantas de diversas espécies, aumentando o potencial do atual horto e estimular o turismo em Maringá.

Art. 4º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, fica autorizado a proceder a desapropriação com o uso de dotação orçamentária a ser consignada no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2008.

Art. 5º A administração e a fiscalização do imóvel ficará sob a responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que adotará as medidas cabíveis para a sua implantação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Preocupada com a questão ambiental que a derrubada da mata fatalmente abalaria, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, solicitou ao arquiteto Jorge de Macedo Vieira que fizesse constar no desenho original de Maringá, 3 áreas ecológicas e que hoje formam um verdadeiro pulmão verde na cidade de Maringá.

Por estar situada no centro da Cidade Canção, o Horto Florestal Dr. Luiz Teixeira Nendes, a área de propriedade da Companhia Melhoramentos, com 17,5 alqueires, foi imaginada como ponto de reserva e destinada para a criação de mudas para recomposição da arborização urbana.

A idéia do presente projeto é manter a criação das mudas para recomposição da arborização urbana, como também estimular a preservação e reconstituição da flora na cidade e na região.

Como se sabe, Maringá nasce da prancheta de desenhos do arquiteto e urbanista Jorge de Macedo Vieira, que foi contratado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para criar Maringá dentro de um projeto considerado ousado e moderno para a época, seguindo a orientação da Companhia, que exigia largas avenidas, muitas praças e espaços para árvores.

Hoje, Maringá é considerada uma cidade planejada e moderna, estando preparada para enfrentar o desenvolvimento que a cerca, absorvendo esse crescimento de maneira fantástica.

Por ser considerada uma cidade visionária para a época que foi fundada, hoje transformou-se num grande centro de convergência econômica e esse sucesso deve-se em grande parte ao traçado urbanístico original que previa zona industrial, zona comercial e zona residencial.

A necessidade da preservação do meio ambiente é tema de discussão em todo o mundo e o Paraná precisa preservar a natureza e ajudar a despoluição do universo, fazendo a sua parte.

Maringá é hoje, fonte de referência em todo o Brasil e até no exterior, e o parque previsto neste projeto, ajudará em muito o desenvolvimento do turismo ecológico do município.

Por essa razão, buscamos o apoio dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 600/07 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a presença de um auxiliar ou técnico em enfermagem em ambulâncias destinadas a qualquer tipo de transporte, remoção e resgate e atendimento a pacientes, com ou sem risco de vida, em todo o estado do Paraná.

Art. 2º Caberá ao Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, a regulamentação da presente lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Tem sido freqüente em nosso estado o transporte de pacientes, nos mais diversos estágios de gravidade de saúde, incluindo o risco de morte, sem a presença e o acompanhamento de profissional da área de saúde nas ambulâncias. Também não é raro que o próprio motorista da ambulância, sem preparo para tanto, seja obrigado a parar o veículo para prestar atendimento de emergência aos transportados, o que é absolutamente inadequado e oferece riscos graves.

Deste modo, para garantir melhor qualidade no atendimento e minorar os riscos a que estão expostos os pacientes transportados, importante se faz tornar obrigatória a presença de um profissional de saúde nos veículos utilizados em seu transporte e o mais recomendável a plausível é que seja um auxiliar ou técnico em enfermagem. Assim, pedimos o apoio dos Srs. Deputados e Deputadas.

PROJETO DE LEI Nº 601/07 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Integração Digital - CID, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.08.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Centro de Integração Digital - CID, fundado em 08 de abril de 2006, tem por finalidade promover ações sociais, culturais e intelectuais, integrando pessoas de baixa renda e incluindo-as na sociedade através de tecnologia, tendo como principal objetivo valorizar o ser humano, dando-lhe a possibilidade de interagir com o mundo.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade no seio da comunidade, com êxito comprovadamente alcançado em todas as suas atuações.

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 08.045.972/0001-4, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 602/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas prestadoras do serviço deverão reservar aos idosos com renda igual ou inferior a 2 salários-mínimos, duas vagas gratuitas em cada veículo do serviço convencional de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

§ 1º Considera-se empresa prestadora do serviço a que executa serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros em linhas regulares.

§ 2º Incluem-se na condição de serviço convencional de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros os prestados com veículo de características básicas, com ou sem sanitários, em linhas regulares.

§ 3º O benefício deverá ser garantido em todos os horários dos serviços convencionais, ainda que operados com veículos de características diferentes.

§ 4º O idoso, para fazer uso da reserva prevista no *caput* deste artigo, deverá solicitar, 1 único Bilhete de Viagem do Idoso, nos pontos de venda próprios da permissionária, com antecedência de, pelo menos, 3 horas em relação ao horário de partida do ponto inicial da linha do serviço de transporte, podendo solicitar a emissão do bilhete de viagem de retorno, respeitados os procedimentos de venda de bilhete de passagem, no que couber.

§ 5º Na existência de seções, nos pontos de seção devidamente autorizados para embarque de passageiros, a reserva de assentos deverá estar disponível até o horário definido para o ponto inicial da linha, consoante o previsto no parágrafo 4º.

§ 6º Após o prazo estipulado no parágrafo 4º, caso os assentos reservados não tenham sido objeto de concessão do benefício de que trata esta lei, as empresas prestadoras dos serviços poderão colocar à venda os bilhetes desses assentos, que, enquanto não comercializados, continuarão disponíveis para o exercício do benefício da gratuidade.

§ 7º No dia marcado para a viagem, o idoso deverá comparecer ao terminal de embarque até 30 minutos

antes da hora marcada para o início da viagem, sob pena de perda do benefício.

§ 8º O Bilhete de Viagem do Idoso e o bilhete com desconto do valor da passagem são intransferíveis.

Art. 2º Além das vagas previstas no artigo 1º, a empresa prestadora do serviço deverá conceder aos idosos com renda igual ou inferior a 2 salários-mínimos o desconto mínimo de 50% valor da passagem para os demais assentos do veículo do serviço convencional de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

§ 1º O desconto previsto no *caput* deste artigo incidirá sobre o valor da passagem, calculado com base na planilha tarifária aprovada pelo DER - Departamento de Estradas e Rodagem, para o respectivo serviço e horário.

§ 2º Para fazer jus ao desconto previsto no *caput* deste artigo, o idoso deverá adquirir o bilhete de passagem obedecendo aos seguintes prazos:

I - para viagens com distâncias de até 200 quilômetros, com, no máximo, 6 horas de antecedência; e

II - para viagens com distância acima de 200 quilômetros, com, no máximo, 12 horas de antecedência.

Art. 3º No ato da solicitação do Bilhete de Viagem do Idoso ou desconto do valor da passagem, o idoso deverá apresentar documento pessoal que comprove idade mínima de 60 anos e renda igual ou inferior a 2 salários-mínimos.

§ 1º A prova de idade do idoso far-se-á mediante apresentação do original de qualquer documento pessoal, com fé pública, que contenha foto.

§ 2º A comprovação de renda será feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

I - Carteira de Trabalho e Previdência Social, com anotações atualizadas;

II - contracheque de pagamento ou documento expedido pelo empregador;

III - carnê contribuição para o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS;

IV - extrato de pagamento de benefício ou declaração fornecida pelo INSS ou outro regime de previdência social público ou privado; ou

V - documento ou carteira emitida pelas Secretarias Estaduais ou Municipais de Assistência Social ou congêneres.

§ 3º Fica facultado às empresas permissionárias tirar, às suas custas, cópias dos documentos apresentados pelo idoso, para fins de controle da concessão do benefício.

Art. 4º O Bilhete de Viagem do Idoso será emitido pela empresa prestadora do serviço em pelo menos duas vias, sendo que uma via será destinada ao passageiro e não poderá ser recolhida pela transportadora e nela cons-

tarão, no mínimo, as seguintes indicações:

I - nome, endereço da empresa prestadora do serviço, número de inscrição no CNPJ e data da emissão do bilhete;

II - denominação Bilhete de Viagem do Idoso;

III - número do bilhete e da via;

IV - origem e destino da viagem;

V - prefixo da linha e suas localidades terminais;

VI - data e horário da viagem;

VII - número da poltrona;

VIII - nome do beneficiário;

IX - número do documento de identificação do beneficiário; e

X - informação da obrigatoriedade do beneficiário comparecer ao terminal de embarque até 30 minutos antes da hora marcada para o início da viagem, sob pena de perda do benefício.

§ 1º Na ausência de bilhete específico, fica facultado à empresa adotar qualquer documento que contenha as especificações mínimas referidas neste artigo.

§ 2º A segunda via do Bilhete de Viagem do Idoso deverá ser arquivada, permanecendo em poder da empresa prestadora do serviço durante os 365 dias subsequentes ao término da viagem.

Art. 5º As empresas prestadoras do serviço deverão assegurar ao idoso beneficiário da gratuidade ou do desconto mínimo de 50% os mesmos direitos do usuário previstos na legislação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, cabendo a ele as mesmas obrigações.

Parágrafo Único. Não estão incluídas no benefício as tarifas de pedágio e de utilização de terminais.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 15.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

É dever do estado, oriundo da Constituição Federal, o bem-estar social, bem como a prestação de serviços da melhor maneira possível à população. Primeiramente, vale justificar que incumbe ao Poder Legislativo o dever e a legitimidade para propor o presente projeto de lei com base nas Constituições Estadual e Federal. A defesa dos direitos dos cidadãos do estado: é justamente nesse sentido que este projeto é apresentado, ou seja, tem o condão de assegurar aos idosos todos os benefícios que o Estatuto do Idoso lhes concedeu.

Busca-se permitir que se reduzam as distâncias que, por vezes, são incomensuráveis aos idosos com renda inferior a 2 salários-mínimos, que os separam de seus entes queridos ou até mesmo lhes impedem de

melhorar a qualidade de vida. Prevemos um benefício que não é totalmente gratuito, pois prevê que o idoso pague as despesas com pedágio e taxa de embarque. O Governo Estadual deve regulamentar como as empresas vão cumprir a regra para a venda de passagens e como será a punição para aqueles que desrespeitarem a norma.

O Estatuto do Idoso determina que os idosos devam ter acesso ao transporte gratuito. O projeto também prevê desconto mínimo de 50% no valor das passagens para os idosos que excederem as vagas gratuitas, observando o mesmo critério de renda. Relembramos que esse desconto já é garantido pelo Estatuto do Idoso no sistema de transporte interestadual.

Temos observado as grandes dificuldades enfrentadas pelas pessoas idosas para visitarem seus entes queridos e até mesmo para promoverem as visitas aos pontos turísticos do estado através deste benefício.

Compete a nós, Deputados, a função de fazer com que os direitos de melhor qualidade de vida de nossos idosos sejam respeitados.

Portanto, vale dizer que uma lei estadual no sentido do presente projeto visa oferecer uma maior segurança aos cidadãos paranaenses, bem como que os mesmos tenham seus interesses, como coletividade, atendidos, dando assim, legitimidade de atuação ao Poder Executivo, fiscalizado por esta Casa de Leis.

Com vista ao exposto, vimos solicitar aos nobres colegas, o devido apoio e aprovação do presente projeto.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Pequeno Expediente: com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, gostaria de me somar à presidência e dar boas-vindas aos visitantes. Talvez não use nem os 5 minutos, até porque o Deputado Dobrandino não se faz presente. Quero que ele esteja presente quando me pronunciar sobre esse relatório que ele pronunciou em relação ao projeto de minha autoria. Mas, quero pedir aqui ao Líder do Governo, que veja se a COPEL não cortou a luz da Secretaria da Fazenda, porque eles não sabem mais nem quando é dia e nem quando é noite, e dizer, Sr. Presidente, que esta Casa não precisa que venham pessoas de 2º, 3º escalão ensinar o Padre a rezar a missa.

No dia de ontem fui o Relator de um projeto do Deputado Caíto Quintana, que trazia melhorias ao setor produtivo e também aos consumidores do estado do Paraná. O Deputado Caíto Quintana não tem obrigação de saber qual é a legislação que está em vigor, até porque tem uma confusão legal, que nem os próprios técnicos não se entendem, e eles já estão se arvorando no papel de

juizadores, de sentenciadores. Eles não podem aqui querer - e foi bem marota a resposta da Secretaria da Fazenda em relação ao projeto do Deputado Caíto Quintana, que eu pedi o arquivamento, tendo em vista que a melhoria que o Deputado Caíto Quintana pretendia, na verdade já está ultrapassada e a legislação hoje já é mais benéfica.

Mas o que me traz hoje a esta tribuna, e infelizmente não vou fazer todo comentário que queria, é em relação a uma opinião que foi dada em relação ao Projeto de Lei nº 419/07, de minha autoria, que foi relatado na Comissão de Finanças pelo Deputado Dobrandino. E quando eu falo que eles não sabem mais quando é dia e quando é noite, falo com propriedade, porque eles, quero crer, induziram o Deputado Dobrandino a erro, porque ele justificou no seu parecer contrário ao meu projeto, que a minha lei, ou a minha alteração iria causar prejuízos à indústria paranaense. Pois bem, eles não sabem que desde fevereiro deste ano as indústrias paranaenses já têm o benefício dessa lei que estou alterando. E o que estou fazendo é tentar retirar a arbitrariedade da Secretaria da Fazenda, já que o Secretário da Fazenda, que é a autoridade maior daquele órgão, disse muito bem que: "A Lei nº 15467 é auto-explicativa, porque ela traz no seu artigo 1º uma alteração dizendo que se aplicam às entradas rodoviárias o mesmo tratamento tributário que têm hoje os portos e aeroportos do Paraná".

Pois bem, o artigo 1º diz respeito às indústrias. Com relação às indústrias esse benefício já vem sendo aplicado, porém a lei que estabeleceu esse benefício para o porto de Paranaguá e para os aeroportos do Paraná, diz no seu artigo 8º, se não me falha a memória, que também as empresas mercantis podem importar mercadoria com esse benefício. É justamente isso que é auto-explicativo nas palavras do Secretário da Fazenda, que parece que os técnicos não entendem. É isso que eu queria, através dessa alteração, justamente revogar esse artigo 1º dessa lei que é auto-explicativa e, explicar que vale para tudo, conforme foi a intenção e a justificativa naquela convocação extraordinária de janeiro deste ano, quando votamos essa lei.

O que eu gostaria, Sr. Líder do Governo, é que V. Exa. repassasse ao pessoal do Executivo que eles se atenham às informações solicitadas à Assembléia Legislativa e não dêem "pitaco". Se eles têm que dar "pitaco" na atividade de alguém, eles que dêem no seu patrão, no Governador.

Nesse último parágrafo dessa orientação que veio ao Deputado Dobrandino, diz o seguinte: "A Assembléia Legislativa do Paraná deveria estar empreendendo esforços em conjunto com as confederações das indústrias para uma articulação nacional, para um processo de estancamento na guerra fiscal, na importação".

Isso não é papel da Assembléia Legislativa, isso é papel do Poder Executivo e nós estamos aqui justamente tentando evitar os efeitos maiores dessa guerra fiscal, se ela pensa que essa minha lei, que é para consertar e fazer com que as indústrias paranaenses, as empresas parana-

enses não vão de uma vez por todas, todas para Santa Catarina. Na verdade, estamos fazendo o papel que cabe a esta Casa e a estes Deputados. Fiquei muito triste hoje, porque certamente o Deputado Dobrandino jamais votaria contra os interesses do Paraná e, muito menos contra os interesses de Foz do Iguaçu, que é a porta de entrada para as entradas rodoviárias que vêm de origem do MERCOSUL.

Quero que o Líder do Governo manifeste essa preocupação a todos os técnicos do Poder Executivo. Eles que se atenham ao que é solicitado por esta Casa. Se quiserem dar "pitaco", que se submetam às urnas e venham para cá fazer diferente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Nelson Justus, uso mais uma vez esse espaço no Pequeno Expediente para pedir o apoio de V. Exa. com relação ao requerimento que aprovamos aqui nesta Casa e, que até agora não recebemos a resposta em nosso gabinete.

Gostaria de ler aqui, mais uma vez, o requerimento foi endereçado ao Sr. Airton Carlos Pissetti, Digníssimo Secretário de Estado da Comunicação Social - SECS. O que vou ler aqui é o ofício que o 1º Secretário desta Casa enviou ao Sr. Airton Carlos Pissetti, dia 20 de junho.

(Lê):

"Ofício nº 1181/07/CEA

Curitiba, 20 de junho de 2007.

Senhor Secretário:

Tenho a honra de me dirigir a V. Exa., nos termos do requerimento em anexo, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, aprovado em Sessão Plenária de 18 do mês em curso, solicitar se digne prestar a esta Assembléia Legislativa as informações requeridas, baseando-se na Constituição do Estado do Paraná, em seu parágrafo único do artigo 55: *Importará em crime de responsabilidade do Secretário, a recusa ou não atendimento no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas.*

Na oportunidade, renovo a V. Exa. os meus elevados protestos de estima e consideração.

(a) ALEXANDRE CURI"

Esta informação foi pedida, Sr. Presidente, dia 20 de junho. Semana passada usei deste tempo pedindo a ajuda do senhor. O senhor se comprometeu dizendo que segunda-feira traria esta resposta. Hoje é quarta-feira e o Sr. Airton Pissetti não respondeu.

Gostaria de solicitar a todos os Deputados que quando não respondem um pedido da Assembléia no prazo previsto no requerimento, além das questões legais,

é um desrespeito com as pessoas que fazem campanha, vão aos municípios, pedem voto, se comprometem com a população de vir aqui representá-los e aqui nós desempenhamos nosso papel, o Governo não deixa que cumpramos com ele.

Então, quero deixar só mais um pedido ao Presidente Nelson Justus, para que tenhamos a resposta deste requerimento, porque este requerimento já foi protocolado no dia 20 de junho. Estamos chegando ao dia 20 de agosto, já, portanto, 60 dias, e o prazo regimental é de 30 dias.

Estou achando um desrespeito do Governo do Estado do Paraná para com a Assembléia Legislativa. Não só com o Deputado Douglas Fabrício, que faz Oposição. Esta é a forma como o Governo está tratando os Deputados da Oposição: não responde aos requerimentos. E agora não é só ao Deputado: não responde ao requerimento da Assembléia, porque foi aprovado por esta Casa. Então, ele não considera a Assembléia Legislativa, é como se nós estivéssemos aqui perdendo tempo, porque se fazemos requerimento e a resposta não chega, é uma falta de consideração. E não com o Deputado, é falta de consideração com os eleitores lá de Campo Mourão, lá da minha região, e principalmente, eleitores de todo o Paraná.

O Governador deveria seguir o que está previsto na Constituição do Estado do Paraná: responder os requerimentos. E os seus assessores, no caso, aqui, o Airton Pissetti, que é seu Secretário, deveria cumprir mais ainda, porque ele é funcionário do Governador.

Para encerrar, Sr. Presidente, usando do Pequeno Expediente, gostaria muito do seu empenho e do Deputado Alexandre Curi, que assinou este documento. Porque na semana passada fiz essa cobrança, esse pedido de ajuda e até agora não recebi a resposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas respondendo ao Deputado Douglas Fabrício, a questão de ordem, esta presidência está com a relação em mãos de todos os pedidos de informações pendentes e estou remetendo uma cópia ao Líder do Governo e reiterando um ofício pessoal à Casa Civil, para que tenhamos a resposta o mais rápido possível. O pedido de V. Exa., a que V. Exa. se referiu, venceu realmente no dia 27.

O 3º orador inscrito é o Deputado Valdir Rossoni, a quem concedemos a palavra.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Depois do pronunciamento de ontem, falando sobre o site da gestão pública, trago a esta Casa - e é natural e já deve ser do conhecimento de muitos - todos sabem que nós conseguimos e iniciamos a caminhada via

Justiça e conseguimos uma vitória à Oposição desta Casa com o Bloco Independente, num despacho do Juiz Eduardo Sarrão, concedendo uma liminar aonde determina que o Governador retire do ar qualquer agressão a seus adversários ou aos órgãos da imprensa. O Governador, não satisfeito com isso - achei que ficaria satisfeito como despacho do Juiz Sarrão - pediu ao Tribunal de Justiça uma liminar e nós acabamos de ter conhecimento que o Desembargador Vidal Coelho indeferiu o pedido de liminar, dizendo em algumas palavras que: "A TV Educativa não pode ser usada como esse objetivo".

Considero, Srs. Deputados, pelo menos na minha avaliação, que este é um fato que marca um divisor de águas na história política do Paraná. Pela primeira vez na história do Paraná, a Justiça mantém-se firme nessa decisão de coibir o abuso da TV Educativa. Primeiro, concedendo essa liminar. Segundo, negando a liminar ao Governador. O Desembargador Vidal mantendo a decisão.

Podem aqui os Srs. Parlamentares que estão nos ouvindo achar que isso não é importante. É importante sim, porque estamos numa outra caminhada, Deputado Nelson Justus, ilustre Presidente desta Casa. Sabemos que sua boa vontade, da sua determinação pelo zelo desta Casa. Mas nós cansamos. E disse há pouco o Deputado Douglas, cansamos de receber respostas ou de não receber respostas, respostas vazias ou não receber respostas. Estamos com 6 mandados de segurança aguardando essa decisão. Não tenho dúvidas, que não é porque somos Parlamentares que vamos conseguir isso na Justiça. Vamos conseguir isso na Justiça, porque qualquer cidadão paranaense ou brasileiro está amparado pela Constituição de ter as informações da coisa pública.

Esta derrota, quando se trata da TV Educativa, marca um divisor de águas. O Governador terá que entender que a TV Educativa do Paraná - e nós estamos conseguindo isso na Justiça, porque não conseguimos através dos nossos pronunciamentos, dos nossos reclames, dos nossos posicionamentos, estamos conseguindo na Justiça!

Às vezes ficamos tristes com a Justiça, Deputado Jocelito, mas não tenha dúvidas que a Justiça tarda, mas não falha. Olha, estamos aqui há 2 anos lutando com isso e agora está aí a Justiça se posicionando, coibindo o abuso do Governador no uso da TV Educativa. O Governador está recebendo mais um recado: Governador Requião, a TV Educativa não é de sua propriedade, mas ela é tanto de V. Exa. quanto dos Parlamentares do povo paranaense.

Por essa razão, considero que é a primeira grande vitória do trabalho que a Oposição está fazendo nesta Casa e agora vai ser uma sucessão de vitórias, porque não tenho dúvidas que o Tribunal de Justiça terá, nos próximos dias, uma decisão importante quanto a ADIN, a Ação de Inconstitucionalidade que impetramos, onde esta Casa erroneamente permitiu que o Governador transformasse os cargos por decreto. Não tenho dúvidas que vai

demorar 1 mês, 2 meses, 5 meses ou 1 ano, mas vamos ter essa vitória. E os 6 mandados de segurança que temos para buscar as informações que nos são negadas, não tenho dúvidas que é a questão de dias que teremos mais essa vitória.

Mas, está marcada a data, o dia e a hora que o Paraná começa a dar uma demonstração de independência de Poderes: a Justiça dizendo ao Governador no que ele está errado e a Oposição tendo a coragem de ir buscar na Justiça quando não encontra eco nos seus pronunciamentos. Isso é importantíssimo no exercício da democracia!

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Concedo um aparte ao Deputado Fábio Camargo, com todo o prazer!

O Sr. Fábio Camargo (PTB)

Muito obrigado, Deputado Rossoni!

Apenas para ilustrar o seu pronunciamento, colocar que há aproximadamente 4 anos também entrei com a mesma medida, tive êxito e o Governador foi condenado por uso abusivo, pessoal, político e partidário, do qual o Governo já recorreu e também já perdeu.

Então, quero me somar às suas palavras e com certeza o estado do Paraná ganha uma TV Educativa independente.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte e até a lembrança, porque às vezes somos até injustos no pronunciamento, por falta de lembrança. Quero aqui me retratar com V. Exa. porque não lembrei e agora V. Exa., com o seu aparte, faz com que me recorde aqui do seu posicionamento e da decisão que obteve lá atrás.

Muito obrigado pelo aparte!

Concedo um outro aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Rossoni, queria dar uma colaborada com seu pronunciamento e dizer que quando era Prefeito de Ponta Grossa, e estava no PSDB naquela época, fui a Brasília e consegui com o então Ministro Sérgio Motta e com o nosso Senador Álvaro Dias, que a TV Educativa de Ponta Grossa, que era só uma repetidora, passasse a se tornar uma estação - saía de repetidora da TV Educativa aqui de Curitiba e passava a ser uma estação, que poderia fazer programação local, o que está fazendo até hoje em Ponta Grossa. Naquele momento, o Governador Roberto Requião era Senador e no dia do encaminhamento da votação em Brasília, o Senador Roberto Requião foi à tribuna, pediu a palavra e votou contra a instalação da TV Educativa em Ponta Grossa, porque tinha alguns problemas comigo, que eu não tinha trabalhado pela campanha.

Deu “um pau” em mim, em rede nacional da TV aberta e disse que não podia dar a TV Educativa à Ponta Grossa porque eu não sabia conduzir a TV Educativa de Ponta Grossa.

Hoje eu vejo que o tempo é o senhor da razão, hoje eu vejo V. Exa. dizendo que o Governador está sendo condenado através de um parecer, de uma determinação da Justiça, porque ele não sabe cuidar da TV Educativa.

Queria deixar este registro para colaborar com o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte do Deputado Jocelito.

A grande verdade sobre toda essa questão, quando nós aqui, com a maior da boa vontade, levantamos os questionamentos, é que há um interesse muito grande da Secretaria da Comunicação do Governo do Paraná em plantar notícias contra o Líder da Oposição, ou os Parlamentares que aqui se posicionam, frontalmente contra algumas atitudes do Governo. Eu não tenho nenhuma preocupação, não estou em busca de elogios. Eu estaria, Deputado Rangel, estaria muito preocupado, preocupadíssimo, se eu estivesse sendo elogiado pelo Secretário da Comunicação, pelo Secretário da Educação, pelo Secretário da Saúde, pelo Governador, ou pelos membros do Governo. Certamente as críticas que eles plantam nos meios de comunicação, aqueles que aceitam são poucos, porque sabem que o combate, o bom combate, aqui é travado diariamente, eles sabem que o objetivo nosso é o esclarecimento.

Então, não tenho dúvida que hoje está se marcando uma página na política do Paraná. Governador Requião: a TV Educativa é do povo paranaense, não é de partido político e não é das suas encrências, é para ser usada em benefício da população.

Tenho um outro assunto para ser tratado aqui, Sr. Presidente, mas não quero, de forma nenhuma, extrapolar o tempo. Estou aqui fazendo um questionamento sobre uma grande licitação que vai ocorrer no dia de amanhã de tratores pelo Governo do Estado, e eu volto no horário da Liderança da Oposição.

Não quero me tornar cansativo, mas o acúmulo de informações, e me falta tempo, e não quero me tornar cansativos aos Parlamentares desta Casa. Mas só hoje pela manhã, pela minha declaração dada à RPC sobre a questão do porto de Paranaguá, fui procurado por 3 pessoas, altamente qualificadas, dizendo que o encaminhamento e a condução administrativa do porto não está correta e eles têm os subsídios para nos fornecer para contestarmos essa questão. É o que eu disse ontem, e encerro aqui a minha fala, de informação a informação você vai se aprofundando nos problemas que o Governo está enfrentando, e por esta razão às vezes levantamos os questionamentos para que as informações cheguem até nós.

Obrigado, Sr. Presidente pela compreensão. Volto no Horário das Lideranças, quero falar dos 4 mil tratores que estão sendo comprados pelo Governo do Estado atra-

vés de uma licitação. Preciso de alguns esclarecimentos e falarei logo a seguir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (Sem Partido)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras.e Srs. Deputados.

Há anos atrás, quando o grande político do Paraná, Alencar Furtado, foi cassado, meses depois houve o jantar de confraternização na adega do Madalosso, aqui em Curitiba, e muitos foram convidados. Me lembro que lá estava o Maurício Fruet, o Enéas Faria, o Adalberto Daros, enfim, companheiros e amigos de Alencar Furtado.

Naquela oportunidade eu trabalhava junto com meu amigo chamado Antonio Cipriano Bispo. Aquele jantar era secreto, porque os militares poderiam chegar a prender todos. Quando saí do escritório falei para o Bispo: “Vou no jantar onde seu amigo Ivan Ribas estará presente”. Chegando lá falei para o Ivan Ribas: “Ivan, olha, o Bispo mandou um abraço para você.” Aí ele levantou subiu na mesa, bateu palmas, pediu silencio e falou para todos: “Olha, nem tudo está perdido, porque o Clero está conosco.” Entendeu ele que essa mensagem era do Bispo Metropolitano, Dom Pedro Fedalto, mas na verdade era de um companheiro dele que tem o nome de Antonio Cipriano Bispo.

Sr. Presidente, quero dizer com isso que nem tudo está perdido, meu amigo Carlos Simões. Aqueles que queriam tirar o seu mandato, o de Fábio Camargo, e o meu mandato, porque havíamos saído do partido, julgaram que todos têm o direito de fazer sua opção através de uma lei que não existia e que passa a existir desde 30 de setembro.

Fiquei 20 e poucos anos no mesmo partido. Fui Vereador, Prefeito, no partido da ditadura.

Faço um apelo ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, meu companheiro de tanto tempo, meu adversário político na região, mas nunca tivemos que entrar em atrito, mas ele que representa o Governador, e estou certo que o Governador Roberto Requião está sendo traído pela SANEPAR, não é porque o Governador apoiou um candidato do PPS que vou ter ódio ou rancor dele, porque ficamos muito tempo juntos, mas gostaria de trazer ao conhecimento desta Casa que a SANEPAR se presta a cobrar conta que não deve ser cobrada, a SANEPAR está cobrando uma conta de uma senhora que tem apenas uma filha.

O Presidente Kennedy dizia que: Todos os homens têm momentos de bobeira”. E o Governador Roberto Requião teve grandes momentos de bobeira, apoiando o

PPS na Fazenda Rio Grande, mas isso não vem ao caso de não reconhecer o bom trabalho dele como Governador.

Presidente, faço um apelo ao Líder do Governo, Deputado Romanelli porque essa senhora tem uma filha de 22 anos que saiu na rua e levou um tiro, porque lá não tem segurança, e ficou paraplégica. Deputado Romanelli, essa senhora vive só, a filha ficou paraplégica, mora neste endereço que tenho aqui e, hoje, ela me procurou dizendo que não tem como pagar a conta da água porque, entre outras coisas, ela não tem coleta de lixo e tem aqui R\$ 12 para pagar no mês, de conta de água.

Ela mora sozinha, a filha dela é paraplégica, tem só uma meia água, meia casa, só um aposento e, no entanto, a SANEPAR cobra R\$ 45, no mês, de água, e R\$ 12 de taxa de lixo. No entanto, ela não tem coleta de lixo, ela tem que subir o morro e ir bem longe para colocar o lixo - se é que ela tem lixo, pois ela não tem o que comer. Estou dando o endereço, dando o nome, estou deixando registrado aqui. Quero fazer um manifesto de repúdio para que a SANEPAR não se transforme em agiota cobrando conta de quem não deve. A SANEPAR tem que cuidar do serviço de água e de rede de esgoto que está faltando no Paraná. Ela não pode ficar cobrando dessa forma como está cobrando.

Sr. Presidente, aproveitando sua bondade, só para terminar, para que não fale mais sobre isso, mas me falaram um dia que o homem se divide em duas categorias: os passivos e os ativos. No bom sentido, Deputado Romanelli, o passivo não quer dizer que seja do lado apostado. Simplesmente, a personalidade dele é mais tranqüila, mais bondosa, talvez, que não tenha que agredir, buscar soluções imediatas. Agora, o que eu entendo é o seguinte: eu simplesmente saí do PMDB porque S. Exa., o Governador, como o senhor sabe, foi e apoiou o PPS. Eu achei aquilo um desaforo e saí do partido. Não entendo como o Deputado Federal Rocha Loures, que teve o Governador contra a campanha do seu pai, e eu acho mais importante o pai do que o filho, porque se ofender a memória do meu pai que já faleceu, eu realmente me queimo. Se me ofender, sou político e vou tapeando, agora, essa situação de que, realmente, o Deputado Federal Rocha Loures teve seu pai agredido na campanha e ele continua com as benesses do Palácio, ele já teve no início da sua carreira esse apoio, porque entendo que se o Governador Requião não o tivesse apoiado ele não seria Deputado Federal.

Agora, não dá para entender, companheiros, o filho do Rocha Loures, Presidente da FIEP, que tem uma esplêndida vitória - e quero cumprimentar, inclusive, a Cida, pelo marido que faz parte da chapa vitoriosa, o Ricardo Barros - mas não entendo como o Deputado Rocha Loures vai conviver com essa situação, porque por muito menos saí do PMDB e ele fica, agora, toda hora, no Palácio, abraçando lá o Governador e, por outro lado, o Rocha Loures tem no seu gabinete o filho do Requião.

Posso terminar o meu pronunciamento de hoje dizendo o seguinte: nem tudo está perdido, como diz o

meu patrício, tudo vale a pena quando a alma não é pequena.

Muito obrigado!

A SRA. CIDA BOGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para saudar e registrar a presença em nosso plenário do suplente de Senador, italiano, mas eleito no Brasil, Valter Petrucello, que vem trazer novidades e notícias da bela Itália.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo, Senador!

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares.

Estou dando entrada na Casa um projeto de lei, que se aprovado irá proibir o uso e o fabrico do amianto no estado do Paraná. A partir de janeiro de 2008 e a partir da sanção da lei e publicação da mesma, imediatamente proibindo artefatos que têm o amianto, que sejam utilizados por crianças, por adolescentes, tais como: brinquedos, artigos escolares, eletrodomésticos, tecidos, luvas, aventais, artigos para engomar roupa e outras coisas mais.

O amianto, como muitos dos senhores sabem, é um produto mineral utilizado no fabrico de telhas de amianto, caixas d'água, pastilhas e lonas de freio, revestimento de discos de embreagens, pisos vinílicos, algumas tintas, plásticos reforçados e alguns tecidos.

Por que proibir o amianto?

O mundo desenvolvido, que fica com a tecnologia mais limpa, Deputado Edson Praczyk, exporta para o 3º mundo a tecnologia chamada suja. Já proibiu o amianto há mais de 10 anos, como é o caso dos Estados Unidos, da França e de outros, mas nós estamos aqui produzindo. Sabidamente, entretanto, o amianto é cancerígeno, é carcinogênico para humanos. Está dentro do chamado grupo 1 de risco de elementos carcinogênicos. Ele causa a chamada asbestose, que é uma fibrose pulmonar progressiva, onde o trabalhador, ou mesmo o guarda de trânsito que respira a poeira das ruas, que nesses particulados existe amianto saída desses materiais que relatei. É uma fibrose progressiva que vai fazendo o cidadão para de expandir os pulmões. É a morte mais lenta e mais trágica, semelhante até a outras mortes ocasionadas por enfisema, por exemplo. Causa o câncer de pulmão, câncer de laringe, alguns tipos de câncer gastrintestinais, mesoteliomas, que são tipos de câncer de pleura, que é a membrana que envolve a caixa torácica por dentro e por fora dos pulmões, e câncer de peritônio, que é a membrana que

envolve os órgãos abdominais. E os riscos aumentam com a exposição, porque ele tem efeitos cumulativos.

O Paraná é o único estado do sul do Brasil que não proíbe amianto ainda. Santa Catarina já o faz, Rio Grande do Sul também, Mato Grosso já proíbe, Rio de Janeiro, São Paulo. Nós, aqui do Paraná, ainda não.

Esse debate está praticamente encerrado em países desenvolvidos como eu disse, há muitos anos. Acredito que o Paraná vai dar uma contribuição expressiva para o seu povo e um exemplo para o Brasil e para o mundo de que precisamos também disciplinar esta questão aqui.

Muito se fala da saúde e muito se entende muitas vezes que a saúde é falta de UTI, que é falta de remédios especiais, que é falta de ambulância. Eu diria que a saúde muitas vezes é falta de bom senso, porque muitos dos materiais e elementos sabidamente cancerígenos, ou sabidamente atentadores contra a vida humana, teriam sido varridos para sempre do nosso estado. Aí sim, o povo talvez respirasse aliviado.

O Paraná pode e deve dar, Sr. Presidente, nobres Pares, este grande exemplo. Espero a aquiescência dos nobres Parlamentares para este projeto que, sem dúvida nenhuma, pela saúde do povo do Paraná, deve ser aprovado.

Então, fica aqui o meu pedido, o meu apelo. Acompanha esse projeto uma justificativa técnica razoável e uma bibliografia também bastante extensa - fiz questão que constasse - para que as nossas comissões de saúde e outras mais que deverão ser ouvidas possam, sem nenhuma dúvida, esclarecer melhor a respeito do tema. Creio que com isso estaremos dando uma contribuição grande à saúde do povo do Paraná e, principalmente, a todos aqueles que deverão vir depois de nós, que não votam, não estão aqui, mas que têm, sem dúvida e nenhuma, todo o direito de viver em um mundo mais saudável do que este que estamos vivendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras da imprensa.

Estou me dirigindo aqui da tribuna da Assembléia Legislativa, ao povo do estado do Paraná, para falar sobre um assunto extremamente delicado.

Nesses últimos dias prestei muita atenção do Parlamento paranaense. Tendo todas as informações e todas as notícias à repercussão na imprensa sobre o caso envolvendo a Sra. Verônica Dural. Pude perceber, que nenhum Parlamentar usou da tribuna para falar desse caso, nem da Oposição e nem da Situação do Governo do Estado do Paraná.

O meu partido é o PPS. Não estou subindo aqui na tribuna para fazer a defesa do Prefeito Beto Richa, mesmo porque o meu partido também terá uma candidatura majoritária, no ano que vem, à prefeitura da capital, mas estou achando muito esquisito, muito estranha essa situação, Srs. Deputados, Srs. da imprensa. Quando se trata de pessoas, agentes públicos, que possuem posicionamento de Oposição ao Governo do Estado do Paraná, tudo pode acontecer.

Eu ficava me perguntando no meu gabinete, na minha casa em Ponta Grossa: puxa vida, o Prefeito de Curitiba envolvido em uma situação delicada! Uma funcionária na Assembléia Legislativa considerada fantasma. Fiquei pensando: um chefe de uma cidade como Curitiba, Prefeito da Capital, tem por acaso centenas e centenas de cargos ao seu dispor - tem mais de 1.000 cargos comissionados - será que o Prefeito de Curitiba precisaria de um cargo comissionado na Assembléia Legislativa? Isso está muito esquisito e estranho. Eu não consigo entender.

A sogra do Chefe de Gabinete do Prefeito tem um cargo na Assembléia. Mas poderia estar lotado em qualquer Secretaria, em qualquer espaço dentro da Prefeitura Municipal, por isso está me cheirando muito mal, Deputado Edson Praczyk.

Estou achando muito esquisito tudo isso, porque tenho certeza absoluta que a Assembléia Legislativa vai dar uma resposta ao povo do Paraná nos próximos dias a respeito desse caso. E nós vamos investigar, sim, se existiu má-fé. Isso é importantíssimo para darmos uma palavra ao povo. Agora, preciso saber se houve uma desorganização, ou houve uma organização, ou se arquitetaram tudo isso, porque nunca é demais lembrar que o Prefeito de Curitiba é uma pessoa defenestrada pelo Governo do Estado do Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Como eu estava falando, a cidade de Curitiba está na geladeira, todo mundo sabe, assim como a minha cidade de Ponta Grossa também. Quem ousa levantar a voz de forma democrática para emitir opiniões contrárias ao Governo do Estado do Paraná, muitas vezes sofre retaliações. Será que tudo isso que está acontecendo, de repente, não é uma grande obra de arquitetura? Pois bem, vou aguardar a resposta da Assembléia Legislativa, assim como qualquer cidadão paranaense. Mas, estou falando isso porque outros casos envolvendo funcionários, escândalos muito maiores do que um cargo comissionado, estão vindo à tona, mas já estão envelhecendo, essas denúncias estão ficando velhas. E denúncias velhas não são apuradas. E as novas, me parece que, infelizmente, esperam que fiquem velhas.

Deputado Romanelli, Deputado Durval, recebi aqui a relação dos funcionários da Secretaria de Estado da Comunicação Social, são 109 funcionários, Sr. Presi-

dente, em uma Secretaria que dá prejuízo aos cofres públicos do estado. E eu vou provar a todos os senhores aqui no plenário que isso é verdade. Eu fiz um pedido, aprovado pelos nobres Deputados, Parlamentares, sobre os gastos da Secretaria nos anos de 2006/2007 com funcionários. Só no ano de 2007, a Secretaria da Comunicação gastou 2 milhões, 883 mil, 567 e 7 centavos com funcionários. Sabe qual é a previsão do Governo do Estado de gastos com a imprensa para este ano? Dois milhões para o ano todo. Quer dizer, a Secretaria está dando prejuízo! Agora, uma coisa que eu não consigo entender - alguém pode me responder de forma plausível? Deputados que representam o Governo do Estado - como é que pode, no ano eleitoral, se gastar 100 milhões com propaganda e no próximo ano 2; e a Secretaria gastar mais com pessoal, 2 milhões, 883, só de agora! Ou seja, essa Secretaria não é, na verdade um órgão do Governo, é, sim, um comitê eleitoral! A Secretaria da Comunicação é comitê eleitoral, se gasta 100 milhões no ano eleitoral e depois fecham-se as torneiras e começa o prejuízo para o estado do Paraná, 109 funcionários.

Isso está disponível para qualquer cidadão, no meu gabinete, porque algumas pessoas vão notar que esses funcionários, alguns desses funcionários podem estar participando também de outras empresas que estão sendo investigadas pela Comissão Especial de Investigação desta Casa.

Agora, Sr. Presidente, eu pedi, na 1ª reunião da Comissão, os PADVs, porque está tudo errado na Secretaria da Comunicação. E vou explicar de uma forma bem popular como é que funciona aquela secretaria que trabalha de uma maneira atípica, totalmente incomum. Nas outras secretarias, para se construir um hospital, faz-se licitação, faz-se concorrência e uma empresa acaba perdendo uma licitação por 1 centavo. Na Secretaria da Comunicação é diferente. Senta aqui o proprietário do jornal, senta aqui o proprietário da emissora de rádio e televisão: "O senhor é daonde? Sou de Marechal Cândido Rondon, sou de Paranavai." Estou citando nomes a esmo."Vamos fazer o seguinte: vamos despendar R\$ 10 mil em propaganda para a sua empresa. Agora o senhor, o senhor é de um jornal de uma cidade vizinha. Vamos fazer o seguinte: estou indo com a cara do senhor. O senhor me parece uma pessoa que defende os nossos ideais. Para o senhor vai 500 mil. Para aquela televisão, 1 milhão". E é assim que funciona aquela secretaria, sem critério nenhum, uma verdadeira farra, Deputado Artagão Júnior.

Por isso, tenho certeza que no final dessa comissão estaremos aprovando, aqui nesta Assembléia, um projeto de lei, sim, para fazer com que critérios sejam estabelecidos. Onde já se viu, ali brota-se dinheiro! Não tem dinheiro para as UTIs.

Por falar nisso, o Deputado Cheida falou sobre as UTIs. Estamos cobrando desde o começo do ano, não tem dinheiro, não fizeram nada, segurança também não tem. Os meus requerimentos estão fazendo aniversário. Tenho requerimento aqui pedindo o número de pessoas

que faleceram nas filas das UTIs em Ponta Grossa. Noventa dias, não me responderam!

Vou falar, aqui, quais são os meus requerimentos: pedi gravação da Escola de Governo, não veio; informações sobre cartão de crédito corporativo, não veio, já fez aniversário e posso entrar na Justiça por crime de responsabilidade é isso que eu vou fazer; sinalização de Ponta Grossa a Palmeira, não veio; Comissão do Curso de Medicina, não veio. Agora, o mais importante: não sei se vocês se recordam, foi aprovado pelo soberano Plenário a vinda de Rafael Greca, aqui. E que fim levou? Morreu na casca! Foi aprovado pelo soberano Plenário a vinda do jornalista Fábio Campana. Que fim levou? Também não sei! Foi pedido a presença do Dr. Rogério. Também não sei! E trabalhar assim desse jeito, eu não trabalho. Vim aqui para fazer o que tenho que fazer. É o que as pessoas esperam do meu trabalho. Vou fazer as cobranças. Agora, o mais grave de todas as denúncias, está sumindo PADV. Na 1ª reunião da Comissão de Investigação, eu pedi as notas. Pedi os PADVs. Estão desaparecendo. Fiz um pedido, Deputado Artagão, de uma empresa que confecciona adesivos. Pois bem, tenho no relatório do Tribunal de Contas, todos os trabalhos estão aqui: confecções de bonés, casas da Família, confecções de 7 mil camisetas brancas, confecções de 875 unidades de adesivo. Enfim, está tudo aqui. Pois eu pedi para a Secretaria da Comunicação Social, eles me enviaram só 3 PADVs, Deputado Romanelli. Sabe quanto é o furo? Cento e cinquenta mil reais é o furo. Não emitiram os PADVs.

PADV, para todo mundo entender, é nota. Não tem nota, estão desaparecendo com as notas! Enquanto isso, estão falando aí sobre outros escândalos para tentar acobertar talvez R\$ 150 mil que sumiram. Isso de uma empresa. São quantas empresas que estamos investigando? Isso que nós pegamos, assim, um nome. Vamos fazer o seguinte: vamos investigar essa aqui.

O Sr. Geraldo Cartário (Sem Partido) (Aparte)

Gostaria que V. Exa. estudasse a possibilidade de apresentar um projeto para que todos os Poderes do Paraná, seja Executivo, Judiciário, o Tribunal de Contas, autarquias, COPEL, etc., gastassem o que a Assembléia gasta com comunicação: zero. Aí estaríamos com o problema resolvido.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Na verdade, a Secretaria da Comunicação Social tinha que ser extinta, porque quem responde os meus pedidos é o Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil. Como a Secretaria dá prejuízo aos cofres públicos, acho que não existe o porquê, para funcionar só em época de campanha. Isso sim é realmente vergonhoso!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin, inscrita no Grande Expediente.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero registrar com satisfação a presença da Gleisi Hoffmann, aqui neste plenário, visitando os Parlamentares desta Casa, nossa quase Senadora, agradecer a sua presença aqui.

Sr. Presidente, faço uso da tribuna nesta tarde, para comunicar e convidar a todos os Deputados e as pessoas que acompanham a Sessão e que queiram participar, que acontece no próximo domingo, dia 19, a 22ª Romaria da Terra, no município de Francisco Beltrão. Ela acontece uma vez por ano, no mês de agosto, e foi escolhido o município de Francisco Beltrão porque neste ano nós comemoramos os 50 anos da conquista da Revolta dos Colonos, ou seja, foi uma grande batalha que aconteceu em 1957, na região sudoeste, envolvendo os municípios daquela região. Uma luta muito grande dos agricultores contra as empresas colonizadoras, onde essas companhias usaram de muita violência, muitas pessoas morreram, muitas pessoas estavam perdendo as suas terras, até que no mês de outubro, teve então uma forte organização dos agricultores, dos colonos, dos posseiros assim chamados e que foram até a cidade de Francisco Beltrão, onde funcionava o escritório dessas companhias, que teve, no momento, a expulsão e o fechamento do escritório, os agricultores rasgaram os documentos, que eles foram forçados a assinar documentos de terra e expulsaram as companhias da região sudoeste.

Foi uma grande conquista, uma grande vitória dos agricultores, dos colonos, dos posseiros.

Neste ano se comemoram os 50 anos dessa conquista. Puderam, depois disso os agricultores dormir um pouco mais sossegados.

A Romaria da Terra escolheu Francisco Beltrão para realizar agora, a 22ª Romaria. Fica aqui o convite a todos. Começa na manhã de domingo. Claro que a CPT, que está organizando, junto com mais entidades ligadas à agricultura, estão numa expectativa de reunir de 15 a 20 mil pessoas. Deixamos o convite a todos os Parlamentares que queiram participar dessa 22ª Romaria, que acontece durante todo o dia, do próximo domingo, 19.

Gostaria, também, de parabenizar a Deputada Cida Borghetti, pelo projeto, pelo Prêmio Maria da Penha. Acho um projeto muito interessante, importante.

Na semana passada, no dia 7, comemoramos um ano da Lei Maria da Penha. Deputada Rosane, sabemos que foi um grande avanço, porque a Lei Maria da Penha realmente prevê punição para os agressores à mulher. Essa lei prevê, inclusive, não só nas penalidades da lei, prevê a prisão de 3 meses a 3 anos para a pessoa que agredir a mulher.

Acredito que foi um grande avanço. Temos muito que comemorar com a Lei Maria da Penha. O Governo, preocupado com isso, o Governo Lula, instalou também o telefone, a linha 180, para que as pessoas possam discar e

fazer a sua denúncia. Mas sabemos que a lei, por si só, não vale muito a pena se não ajudarmos a fazer com que ela seja cumprida. E para isso precisamos de ações. Ações que vão desde a reivindicação de Delegacias da Mulher, dos Centros de Apoio, Casa Abrigo para mulheres que são vítimas de violência.

Para nós é muito importante essa discussão lá nos municípios e claro que no Paraná também. Aqui nesta Assembléia, nesta Casa de Leis, que possamos trazer presente essa discussão, porque ainda hoje são muitas as mulheres que são vítimas de violência e que têm medo de fazer a denúncia porque não sabem o que vai ser delas amanhã ou a partir do momento que voltarem para casa, porque foram agredidas pelo próprio companheiro.

Precisamos fazer com que se crie mais Delegacias da Mulher, precisamos que nos municípios sejam criadas Casas de Apoio à Mulher vítima da violência, para que possamos dar uma segurança à essas mulheres que hoje são agredidas, muitas vezes e ainda são muitas as mulheres que morrem vítimas dessa violência que chamamos de violência doméstica.

Nos dias 17 a 19 acontece em Brasília a 2ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. As conferências têm objetivo de discutir políticas para mulheres, que vão desde a questão da saúde, educação, segurança, inclusive a própria Lei Maria da Penha estava sendo bastante debatida nas conferências que aconteceram, conferências municipais, estaduais, foram realizadas mais de 600 conferências no nosso país. E cerca de 195 mil mulheres já participaram dessa conferência e esse é o objetivo, no fim de semana, dos dias 17 a 19, dessa 2ª Conferência, aprofundar ainda mais as políticas para mulheres. Esse objetivo da conferência é fazer com que todas as discussões apresentadas, ou seja, tudo o que for debatido durante a conferência depois possamos cobrar isso no municípios, nos estados e cobrar do Governo Federal também.

Esse era o assunto que tínhamos para esta tarde. Na verdade, são assuntos importantes. Sempre que falamos na questão da mulher, lembramos que já avançamos muito no mercado de trabalho, no campo econômico e social, no político ainda bastante tímido, mas vem avançando, vem participando, vem se desafiando a participar um pouco mais da política. Mas um dos fatores que mais nos chama a atenção é ainda com relação à violência que ocorre e esse é o foco principal dos debates nas conferências que estão acontecendo.

Acredito que podemos avançar tanto nas conferências que acontecem como podemos avançar muito aqui nas Casas de Leis, ou seja, no Poder Legislativo Municipal, que podemos trazer presente esse debate. Trazer também com o Poder Executivo, que precisamos muito desse apoio para poder implantar depois as políticas que são definidas nas conferências.

Quero fazer um breve comentário que na manhã de ontem nós também estivemos participando - Pastor

Edson, V. Exa. que também faz parte da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar - estivemos participando da Escola de Governo, em que participou Dom Mauro Morelli, que fez uma excelente explanação, falando muito bem sobre segurança alimentar, trazendo presente uma preocupação que tem de como dar uma segurança maior para que “as crianças não morram crianças” - essa era a frase que ele mencionava muito.

E também a preocupação que Dom Mauro Morelli passou de que o pensamento dele, a preocupação maior que ele tem hoje, é de como vai ser o nosso país pós-Lula. Sabemos que o Governo Lula já foi reeleito e tem muitas ações que estão contribuindo para amenizar a fome neste país, e para trazer uma segurança alimentar para o povo brasileiro. Mas, o Governo Lula, ou seja, a Era Lula, sabemos que também tem um prazo, o Governo Lula tem quase 1 ano de mandato e tem mais 3 anos e meio de Governo, mas a preocupação é que estas são políticas de Governo. Estas ações que estão sendo desenvolvidas são políticas de Governo. E como vamos assegurar isso, para que realmente se tornem políticas de estado, que passem os Governos, mas a política fique, esta seja uma política de estado assumida, para que o povo brasileiro possa ter uma segurança na alimentação. E esta segurança na alimentação vai desde quando discutimos a produção, o que o agricultor está plantando, como está plantando, se é realmente um alimento saudável, como é que isto vai chegar à mesa de todos os brasileiros.

Então, esta é uma preocupação muito grande que temos e que foi repassada, ontem, por Dom Mauro Morelli, quando falava que hoje a preocupação maior dele é com o Governo pós-Lula. Então, o que pode sobrar disto tudo, no sentido de que sejam amarradas algumas coisas, para que o povo brasileiro não volte a passar fome ou a miséria ser tão grande como era antes e que estas ações estão contribuindo muito, mas precisamos garantir que realmente se tornem políticas de estado, para que dê esta segurança maior para todo o povo.

Então, a palestra de ontem foi muito importante e, com certeza, na próxima semana, estaremos convidando os Deputados que fazem parte da Frente para que possamos nos reunir e discutir um pouco mais as ações, após a 3ª Conferência de Segurança Alimentar, que aconteceu, para que possamos discutir as ações levantadas nesta conferência, de como implantar também no estado do Paraná, para que possamos dar continuidade a este trabalho importante que já vem fazendo o CONCEA e junto com isto nos somarmos às lutas que estão sendo desenvolvidas, hoje, em todo nosso país.

Era isto, Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti; era isto, Deputada Rosane, que tem contribuído muito com a nossa Frente Parlamentar de Segurança Alimentar. E assim, agradeço a todos os Srs. Parlamentares, pela atenção.

Muito obrigada.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

No horário da Liderança do PTB, concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto, por 10 minutos.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, o Presidente Nelson Justus tem sido “justus” com as mulheres, tem colocado V. Exa. cada dia para presidir esta Casa.

Mas, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agora há pouco, ouvi pronunciamento sobre a questão envolvendo alguns cargos em comissão e quero dar um testemunho, aqui. Ao nos aproximarmos de período de eleição, em cada período de eleição aparecem coisas novas, e estas coisas aparecem sempre na véspera da eleição.

Quando fui Prefeito de Ponta Grossa, na véspera da campanha, apareceram umas fitas dizendo que a prefeitura era corrupta. Saiu no Fantástico da Rede Globo. A Rede Globo veio do Rio de Janeiro fazer uma matéria em Ponta Grossa, capital da corrupção. Terminado o processo, concluiu-se que as fitas eram montadas, as fitas eram criminosas, foram editadas de forma criminosa, com intenção política. Eu já vi esse filme.

Só que agora, depois de tantos anos, quando se ganha a ação, não aparece o mesmo Fantástico para dizer: “Olha, desculpe, mas erramos, as fitas eram montadas!” Ninguém publica isso! Põem lá embaixo uma notinha e eu até costume, às vezes, ligar para a Rede Globo e dizer: escuta, ganhei uma ação hoje, vocês não vão divulgar? Porque quando eu perco uma, eles estão lá no meu gabinete com a câmera ligada e às vezes aquela câmera sacana, aquela câmera pilantra de irresponsabilidade jornalística, do jornalista malandro, que usa a câmera para pegar um fato que não deve, que comunique essa pessoa.

Então, hoje vejo aqui alguém querendo atacar o Prefeito Beto Richa. Deputado Belinati, tive o prazer de ser Deputado com o Deputado Beto Richa, o conheci neste plenário e vejo os fatos que estão citando que envolvem o Prefeito Beto Richa, quando era Prefeito, e fico analisando: será que se está iniciando uma investigação contra o bom momento que vive o Prefeito Beto Richa, hoje, que não é do meu partido, mas é uma pessoa que até que me provem o contrário é decente, é sério e é honesto? Até que me provem o contrário!

Não vou proferir aqui um julgamento, sem primeiro saber de onde veio tudo isso. Qual é a intenção de se atacar o homem que está em 1º lugar nas pesquisas? Por que atacar o cidadão que está em 1º lugar nas pesquisas?

Algum interesse está colocado nesse jogo, e como já fui vítima de alguns quadrilheiros deste estado, de algumas quadrilhas especializadas em achar fatos contra

pessoas, inclusive quadrilhas em que estão incluídos alguns membros da imprensa, e não são todos, porque na imprensa tem as pessoas boas, tem as pessoas de caráter e infelizmente tem as pessoas que adoram criticar, mas que se você for puxar a ficha daquelas pessoas, elas são muito piores do que aquilo que elas escrevem de outras pessoas ou daquilo que falam daquelas outras pessoas.

Então, Sra. Presidente, é muito fácil, muito cedo para se julgar alguém, e no período em que estive aqui nesta Casa com o então Deputado Beto Richa, ele sempre foi um homem exemplar. Conheço o Beto como homem exemplar e não deveria ser julgado antes da hora, como alguns estão fazendo, porque isso não terminou ainda, porque é muito fácil se atirar penas de cima de um prédio e depois não se juntar mais, mas é porque há algum interesse político por trás disso, podem ter certeza.

Eu não sou do partido do Beto Richa, mas sou admirador do seu jeito de trabalhar e da sua simplicidade. Conheci o Beto aqui, menino, Deputado, simples e o conheci hoje Prefeito e é o mesmo cara. Não mudou absolutamente nada! Claro que aumenta a responsabilidade, porque ele é Prefeito da Capital do Estado, ele é o Prefeito da maior cidade do Paraná e claro que os afazeres do Prefeito aumentam, mas o Prefeito Beto Richa continua sendo o mesmo cara que conheci lá atrás, quando fui Deputado com ele: simples, respeitador, direto e para mim um cara que tem nome e tem sobrenome.

Então, acho que antes de acusar alguém, e se alguém até fez algo, quantas coisas vimos neste país agora! O Presidente dizer que não sabia! E quantas coisas acontecem neste país que às vezes nem tudo se sabe, e se você olhar para a sua casa, às vezes nem lá você sabe tudo o que acontece. Agora, qual é o objetivo de pegar para Cristo, agora, o Prefeito Beto Richa? É só ele que deve? Vão julgá-lo antes da hora? Ou é porque ele está em 1º lugar em todas as pesquisas, está bem, é um cara ponderado, não agride ninguém, é “uma moça”. O Prefeito Beto Richa é “uma moça”, no bom sentido, é um homem educado.

Eu dizia outro dia, brincava com o Deputado Cheida, dizia: V. Exa. tem um comportamento de moça, mas não é do ponto de vista feminino, é do ponto de vista de respeito, é uma moça, é uma moça educada, respeitadora. Para mim, esse é o Beto, é esse o cara que eu conheci. É um cara que eu não vi, Deputado Romanelli, V. Exa. convive mais aqui em Curitiba, mas o Beto Richa, em momento nenhum da minha vida que eu o conheço, ele nunca me pediu para armar alguma coisa contra alguém, nunca! E tenho amizade, há muito tempo, com o Beto Richa, não com o político, com o Beto Richa.

Então, Sra. Presidente, eu queria fazer essa colocação aqui, porque vejo muita gente indo com sede ao pote, querendo esgrachar o Prefeito. Coitado, já está sofrendo a discriminação de não receber os recursos, que eu acho isso uma grande covardia, porque já passei por isso também, quando se nega financiamentos que são direitos, se

ataca o povo! Não concordo com isso, porque eu já passei por isso e reclamei!

Então, Sra. Presidente, quero dizer que tenho, sim, o devido respeito pelo Prefeito Beto Richa. Não é meu companheiro de partido, não vai ser no ano que vem; mas tem uma vida de trabalho, tem uma vida de luta nesta cidade, neste Paraná, é um homem que se preparou para ser o que é. E só estão fazendo isso porque tem alguém preocupado, não com a eleição do ano que vem, tem gente preocupada com a eleição daqui a 4 anos. Porque do jeito que as coisas vão, o Beto caminha para na sequência ir muito mais longe. Por quê? Porque é o mesmo cara de sempre, é ponderado, é simples, não mudou o seu jeito, tem aquela atitude de menino que vemos muitas vezes, mas de corajoso que tem que ser.

Só quero deixar esse registro para que lá na frente alguém se lembre que neste dia alguém lembrou de dizer: não vamos com sede ao pote, é muito cedo para se chegar no final. Não se julga uma pessoa por apenas um momento, tem que ver a vida daquela pessoa, tem que analisar a vida daquela pessoa. E eu quero dar esse testemunho aqui, de não ser companheiro do Beto, mas de conhecer a sua vida e o seu trabalho. E eu tenho certeza absoluta que o Beto jamais se envolveria em coisa nesse sentido. Tem alguma coisa por trás disso. Sabe quem vai nos provar isso? O tempo. Vamos aguardar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças: PDT; Bloco PSB/PL/PRB/PV. Com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli Filho.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Ribas Carli Filho

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Voltamos à tribuna da Assembléia Legislativa, desta vez, mais uma vez, com notícias positivas, com ações inteligentes que vêm sendo desenvolvidas pelas comissões desta Casa. Não viemos denunciar, não viemos aqui gerar conflitos, nem buscar problemas, Deputado Ney Leprevost, mas falar realmente dos projetos e das ações positivas que acontecem na Assembléia Legislativa.

Estivemos ontem na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, presidida pela Deputada Rosane Ferreira, conversando com a Sra. Thelma de Oliveira, e ela abordou um panorama a respeito da juventude e da infância no estado do Paraná, os problemas que acontecem e as ações que estão sendo propostas pelo Governo do Estado para sanar os problemas familiares e infanto-juvenis que acontecem no estado.

Defendemos que a base de toda formação, de toda cidadania deve vir da família. Defendemos o seio familiar como base sólida para a formação e integração da criança e do adolescente.

Muitas vezes, as famílias não estão presentes na vida de muitos jovens, e essa responsabilidade passa a ser delegada para o estado, para as escolas, para Conselhos Tutelares, que têm muita responsabilidade em envolver e trazer muitos desses jovens para a cidadania, para a educação, para o trabalho.

Depois de uma explanação brilhante da Secretária, ouvimos dela que uma das grandes soluções seria uma escola total, integral, onde as crianças, os jovens ficassem o dia todo na escola, estudando, no contra-turno, aprendendo um ofício, tendo todo acompanhamento nutricional necessário e o acompanhamento das famílias, para que possam ser integrados às famílias.

Sabemos que muitas crianças voltam da escola e não têm a estrutura familiar para acolhê-los, protegê-los e encaminhá-los. Temos dados que na Coreia um aluno do 2º grau tem 11 horas de estudo. Aqui no Brasil temos a metade desse tempo. E uma das notícias boas é que ontem, no município de Guarapuava, foi anunciada uma escola integral pelo Prefeito Fernando Ribas Carli, no mesmo dia que houve a reunião com a Secretária e ela apontou com uma das soluções escola integral. Guarapuava se mostra na vanguarda da educação e do desenvolvimento infanto-juvenil.

Guarapuava terá, no Jardim das Américas, um dos bairros mais pobres do município, uma escola total. Atenderá 500 crianças carentes do município com aulas pela manhã, no contra-turno aulas profissionalizantes e acompanhamento dos familiares, para que todos possam estar integrados com a educação, com o compromisso social e com a cidadania dos nosso jovens.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Jovem e competente Deputado Ribas Carli, aproveito o seu pronunciamento para expressar o respeito, a admiração e o aplauso para seu pai, Prefeito Fernando Ribas Carli. Nós o qualificamos com um dos políticos mais inteligentes do nosso estado. Um dos administradores mais competentes e com uma visão humanitária extraordinária. Conheço bem o coração, o sentimento, a postura de seu pai, e só nos cabe aqui render a homenagem a ele e a toda sua equipe, que compõem a administração de Guarapuava.

E a carreira de seu pai nesta Casa de Leis tem continuidade de maneira brilhante, por V. Exa., a quem também aplaudimos. Parabéns!

Muito obrigado!

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Agradeço o Deputado Antonio Belinati.

Tenho certeza que V. Exa., quando foi Prefeito de Londrina, trabalhou da mesma forma, buscando a cida-

nia dos mais carentes, das pessoas que mais necessitam para a integração social.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Democratas.

(**Declinam**)

Partido Progressista, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Deputada Luciana Rafagnin; nobre Deputado Edgar Bueno; nobre Presidente em exercício, nossa querida Deputada Cida Borghetti, que é uma mulher inteligente, competente e uma grande liderança que o PP vai colocar à apreciação, daqui a 3 anos, como eventual candidata ao Palácio Iguazu, o Palácio das Araucárias, no cargo de Governadora. Evidentemente, que vai depender apenas da nossa ilustre colega de partido, Cida Borghetti, aceitar essa missão do Partido Progressista.

Nobre Deputada, estamos encaminhando um projeto de resolução alterando o dispositivo da Resolução 02, de 20 de fevereiro de 1964, quando era Presidente desta Casa Wilson Figueiredo Fortes, Deputado que tinha sua base em Paranavaí e na região noroeste do estado. O Deputado Wilson Fortes e a Mesa Executiva daquele ano estabeleceram uma gratificação em dezembro para todos os servidores desta Assembléia Legislativa de 3 salários-mínimos e estamos alterando esta proposição para 5 salários.

A justificativa é que os funcionários e funcionárias da Assembléia não têm tido aumento salarial. Estão aí no sufoco, apertados, muitos até estão na gaveta dos agiotas e este nosso projeto, Presidente Cida Borghetti, digo até que é um dia muito feliz, pois é grande a satisfação que sentimos ao amanhecer com um único propósito de proporcionar, já para o mês de dezembro deste ano, alguma melhoria, ou seja mais 2 salários-mínimos de gratificação aos abnegados funcionários deste Poder Legislativo.

Gostaríamos de enaltecer que o Presidente Nelson Justus, o Deputado Alexandre Curi, a Deputada Luciana Rafagnin, o Deputado Antonio Anibelli, o Deputado Augustinho Zucchi, enfim, todos que compõem a Executiva desta Casa têm feito o melhor, dentro do possível, e nós esperamos o aval, o referendo da Comissão Executiva para conceder esse benefício, porque os servidores merecem, são competentes, são qualificados, trabalham com amor. Faça um apelo para que, por onde tramitar este nosso projeto, ele receba o parecer favorável e, no dia em que for votado em Plenário, possamos, por unanimidade, aprovar este projeto para tirar do sufoco financeiro os servidores da Assembléia Legislativa.

Sra. Deputada Cida Borghetti, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Estamos apresentando, hoje, para apreciação nesta Casa, um projeto que até estranho não tenha sido apresentado. Estou há quase 40 anos na vida pública e lamento que chegue tarde o projeto que estou tomando a iniciativa de subscrever e assinar como autor. É um projeto que, se for aprovado, a partir de 1º de janeiro de 2008 - para que não se alegue que o Governo não vai ter tempo de implantar a nova lei, se o projeto for aprovado - todos os Delegados de Polícia do Estado do Paraná serão eleitos pelo voto popular, serão eleitos pelo povo.

Nobre Deputado Mohamed, chega em Cambará, o povo vai ser convocado para uma eleição para eleger o Delegado de Polícia para um mandato previsto, aqui no projeto, de 4 anos, mas se em determinado momento o Delegado não estiver correspondendo à vontade, às necessidades da área de segurança pública de Cambará ou dos demais municípios, o povo pode convocar um plebiscito e tirar, substituir o Delegado eleito. Isso não é um bicho de 7 cabeças, nos Estados Unidos o Delegado de Polícia, chamado xerife, já é eleito pelo povo. Em países de 1º mundo a autoridade policial é eleita pelo povo, exatamente para não alegar que foram pegos de surpresa.

Da impossibilidade de implantar o previsto nesse projeto, estamos estabelecendo que quando houver a troca de Governador aqui, a posse do novo Governador, simultaneamente em todos os municípios do Paraná o povo será convocado, e poderá ser candidato para Delegado de Polícia nas diversas delegacias de Curitiba, quem morar aqui há mais de 1 ano, quem for eleitor de Curitiba, para evitar que alguém de fora, que não conheça as necessidades básicas da área de segurança do município, pretenda ser Delegado, que venha até a ocupar o cargo. É fundamental que a população eleja o xerife do seu município, eleja o Delegado de Polícia do seu município.

Muitas vezes a Secretaria da Segurança Pública faz a designação de Delegados para diferentes cidades do Paraná. Delegados que provavelmente nem tinham ouvido falar na existência daquele município, Delegado que muitas vezes nem sabe qual a estrada que pega para chegar à cidade onde ele vai prestar o serviço, Deputado Jocelito Canto. Alguns chegam totalmente estranhos e acabam se entrosando com a sociedade local, e outros ficam no cargo 1, 2, 3 anos, e o povo reclamando que a Polícia está sendo incompetente, que não está dando conta do recado, que está sendo impotente para combater a criminalidade, como vimos ainda hoje estampado na manchete da imprensa, que Foz do Iguaçu está pedindo a tropa do Exército, a Força Tarefa Nacional, porque só este ano, estamos hoje no dia 15 de agosto, já mataram 189 pessoas em Foz do Iguaçu.

Não quer dizer que a eleição de Delegado vai eliminar totalmente a criminalidade, mas entendemos que um Delegado, que é a autoridade Chefe da segurança pública, sendo alguém que conheça bem o município, que conheça bem o povo da sua cidade, com certeza, sendo pessoa eleita, é quase certo que o povo vai procurar eleger Delegados de Polícia competentes e preparados

para a função, porque se eles fracassarem, pelo projeto, ele sendo aprovado, da mesma maneira como o povo vai eleger, vai poder tirar o Delegado que eles elegeram.

Então, é esse o projeto que estamos encaminhando. Volto a repetir, nobre Deputada Cida Borghetti, que não é uma inovação, porque nos países mais modernos do mundo é a comunidade da cidade, é o povo do município que elege a autoridade suprema da área de segurança pública, o que pretendemos fazer também aqui no estado do Paraná, num ato de respeito ao povo que clama, e clama com urgência, por melhoria na área de segurança, porque o povo não suporta mais tanta violência como está ocorrendo no Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Liderança da Oposição. Liderança do Governo, com a palavra, Deputado Romanelli, por 10 minutos.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Temos que reconhecer que nesta Casa, por conta da distribuição do Horário das Lideranças, do Pequeno e do Grande Expediente, eu diria que quase a Liderança do Governo, para responder ou minimamente comentar os pronunciamentos que são feitos de ataque ao Governo, deveríamos ter um outro formato, porque muitas vezes, na grande maioria, é impossibilitado o debate com o Parlamentar que está na tribuna. O Parlamentar faz o pronunciamento e ficamos sem poder dar uma resposta, Deputado Accorsi.

Imagino quando tivermos, aqui, funcionando a TV Assembléia, como é que vai ser isso. Vejo nas Sessões do Parlamento inglês, assisto na televisão, verifico que há um debate, principalmente, às quartas-feiras, quando o 1º Ministro debate com o Líder da Oposição. Há um debate acalorado, as pessoas falam e respondem. Penso, Deputado Pugliesi, que há de se ter um contraditório.

Deputada Cida, que hoje pelo 2º dia preside esta Casa - para nós sempre uma presença muito simpática, não só pela sua simpatia e pela forma como conduz, de uma forma austera, mas de uma forma extremamente democrática, esta Sessão.

Fiquei feliz de ouvir, hoje, nesta Casa, as primeiras manifestações favoráveis ao Deputado Beto Richa. Não concordo com aquela coisa de o Deputado Jocelito chamá-lo de moça, me pareceu absolutamente propositado. Ouvi o pronunciamento dos Deputados Jocelito e Marcelo Rangel. Tiveram que vir os Deputados de Ponta Grossa para falar alguma coisa, pelo menos, sobre uma teoria conspiratória em relação ao Prefeito Beto Richa.

A bancada de Curitiba, que deveria, na minha avaliação, estar na tribuna defendendo o Beto Richa, até agora, Deputado Pugliesi, não se manifestou. Vejo e assisto como constrangedor o silêncio do PSDB, em rela-

ção ao Prefeito Beto Richa. Penso que na política as pessoas têm que ter postura e lado.

Eu tenho lado. Tenho uma vida toda construída, Deputado Pugliesi, desde que V. Exa. era Presidente do MDB, sempre estive no PMDB, estou ao lado dele, do Mamede, do Requião e de tantos companheiros que, ao longo da nossa vida, sempre pudemos compartilhar as suas idéias. Sempre estive ao lado do Presidente Lula, defendendo o seu Governo e a sua postura.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. é um democrata, do Demo, um ex-PFL. V. Exa. vai àquela tribuna - outro dia, aliás, fez um pronunciamento que me surpreendeu, combatendo os atos discricionários da ditadura. Gostei de ouvir. Percebi que V. Exa., ao longo dos anos neste Parlamento, avançou no processo democrático. Fiquei feliz de ver isso. Acho que o nome Democratas, inclusive, fez bem às V. Exas.

Tenho que reconhecer que, em relação ao PSDB, está faltando uma defesa. Está faltando um pronunciamento firme. Desde quinta-feira, o Prefeito Beto Richa está sob ataque. A cada dia tem um tema novo, Deputado Belinati. Basta ler o jornal Gazeta do Povo, que todo dia tem uma denúncia nova contra a prefeitura.

Penso que os jornais têm um papel importante, Deputado Belinati, porque vivemos um período em que as pessoas têm que se posicionar, por isso, Sra. Presidente, quero dizer que temos que reconhecer que os posicionamentos políticos são importantes. Vejo que esta Casa, até pela nossa estrutura, certamente o Legislativo é, dos Poderes da República, o Poder mais vulnerável, mais transparente, mais aberto. Mas, temos que ter coragem de enfrentar os temas que são importantes, temos que ter coerência, temos que reconhecer que as pessoas que são acusadas têm o direito à ampla defesa e de estabelecer o contraditório, de fazer os esclarecimentos. Eu quando sou atacado, ao longo da minha vida, nunca me furto de me posicionar, nunca deixo de dar o meu ponto de vista.

Deputado Belinati, acho que V. Exa. talvez, até de forma intuitiva, fez, eu quando fui atacado duramente, fui buscar nos livros quando Platão descreveu a morte de Sócrates. Sócrates, quando foi condenado à morte, acusado de corromper a juventude - e corromper no sentido das idéias, porque Sócrates aplicava a técnica de fazer as pessoas pensar, extrair a verdade a partir do questionamento - mas, quando Sócrates foi condenado em uma assembléia com cerca de 300 cidadãos, 160 pessoas, condenaram Sócrates. E foi muito interessante, porque Sócrates, depois de condenado, poderia ter recorrido à própria assembléia, eram 2 quesitos, no 2º ele perdeu para uma maioria ainda mais expressiva, desistiu de recorrer. E enquanto aquele período em que se preparava, tomando cicuta, Sócrates fez o último pronunciamento sobre o significado da morte. E foi interessante porque Sócrates fez uma coisa, ele disse: "Quero falar com os meus julgadores, não com os que me condenaram, mas com os que me absolveram". E foi falar sobre a vida, sobre o que é a vida depois da morte, se é o rio das almas,

se a pessoa vai reencarnar ou não, ou se a morte é como aquela noite do sono mais profundo, como todos nós um dia já dormimos aquela noite para sabermos, efetivamente, o que devemos fazer. Então, quem é acusado tem que falar e tem que responder.

Por isso, quero dizer que quem é acusado, tem o direito, sim, de estabelecer o contraditório e fazer a sua ampla defesa. Quero aqui pedir desculpas, mas reconhecemos que todos sabem que eu tenho uma fragilidade e eu quero pedir a esses companheiros aqui, que ao longo da minha vida eu tenho convivido, tenho que deixar aqui a certeza de que eu os admiro muito, mas que gostaria muito que em meus pronunciamentos V. Exas. pudessem ficar, pelo menos, uns 10 metros de distância para que eu pudesse falar.

Era isso.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 255/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Ministro dos Transportes, medidas contrárias à instalação de praças de pedágio na BR-116, entre os municípios de Fazenda Rio Grande até o município de Rio Negro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 256/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário dos Transportes a pavimentação asfáltica na estrada que faz a ligação da sede do município de Luiziana à localidade denominada Valinhos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Deputado Pedro Ivo, Presidente da Comissão de Agricultura, para representar esta Casa de Leis na viagem de estudos para a Alemanha e Itália entre os dias 08 de outubro a 21 de outubro de 2007. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 154/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o uso e consumo de madeira reflorestada em obras públicas do estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 206/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a obrigatoriedade de construções sustentáveis em edificações públicas em geral, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 206/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Esta lei tem por objetivo autorizar a utilização de construções sustentáveis em edificações públicas, através da utilização da água da chuva, da energia solar, de materiais recicláveis e da manutenção da máxima permeabilidade possível do solo.

Art. 2º Nas construções ou reformas de edificações públicas estão utilizadas tecnologias construtivas voltadas para o uso racional e para a reutilização das águas servidas, bem como para a utilização da água da chuva.

Art. 3º As edificações públicas sustentáveis poderão priorizar o uso de lâmpadas fluorescentes ou com tecnologia LED.

Art. 4º Nas construções ou reformas de edificações públicas haverá a possibilidade de serem utilizados materiais reciclados e/ou recicláveis.

Art. 5º Nas construções ou reformas de edificações públicas devem ser utilizados materiais reciclados e/ou recicláveis.

Art. 6º As construções referidas podem limitar a permeabilização do solo em 50% (cinquenta por cento) em terrenos sem árvores ou matas e em 30% (trinta por cento) em terrenos com cobertura vegetal.

Art. 7º Os projetos arquitetônicos para edificações públicas podem priorizar a utilização da luminosidade e ventilação naturais.

Art. 8º Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.08.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 333/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Fica proibido no estado do Paraná a instalação de postos de venda de combustíveis, derivados de petróleo e produtos inflamáveis em shoppings centers, hipermercados, supermercados e estabelecimentos congêneres, que utilizam do mesmo CNPJ - Cadastro Nacional, de Pessoa Jurídica ou mesma inscrição estadual, nas formas e razões que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/07, de 08/05/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 368/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que institui o Dia do Intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/07, de 21/05/07, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza a estadualização da rodovia que liga Pinhal de São Bento a Ampére. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do município de Diamante do Sul dos imóveis situados na área urbana do

referido município. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação Regional dos Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná, com sede e foro em Capitão Leônidas Marques. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello e Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação Luterana Alvorada de Serviço Social, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Centro para o Resgate à Vida Esperança - CEPES, com sede e foro no município de Apucarana. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 078/07, de 10/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 497/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de utilidade pública o Centro para o Resgate à Vida Esperança - CEPES, com sede no município de Apucarana e foro na comarca de Arapongas.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, verifica-se que na realidade o foro para a resolução de qualquer problema ou mesmo para o controle da associação é de competência da comarca de Arapongas, razão pela qual sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, conforme artigo 137, parágrafo 4º.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, em conformidade com a emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 497/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro para o Resgate e à Vida Esperança - CEPES, com sede no município de Apucarana e foro da comarca de Ara-
pongás.

Sala das Comissões, em 07.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui o Prêmio Maria da Penha. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, CDDMCA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/07

P A R E C E R :

O presente projeto de resolução de autoria da Deputada Cida Borghetti, institui o Prêmio Maria da Penha.

O projeto de resolução em questão não encontra nenhum óbice constitucional, tendo respaldo na Constituição Estadual em seus artigos 54 e 121, parágrafo 2º.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/07

P A R E C E R :

O projeto de resolução em análise tem como escopo a instituição de prêmio a ser entregue para perso-

nalidades, instituições e entidades sociais que atuam em defesa dos direitos da mulher. O referido prêmio será entregue em Sessão Solene nesta Casa de Leis, anualmente, no dia 08 de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Aos 5 de junho do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 14.08.07.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Requerimentos**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2406, 2407 e 2408, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2411 a 2413, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2417, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2418, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente e Srs. Deputados.

Muitas vezes temos um conflito em vir receber notícias tristes da área da segurança. Nesta semana tivemos um dos piores e mais violentos assaltos já vistos no estado do Paraná. Eram 12 homens, em 4 veículos, fortemente armados, com escopetas, com miras-laser, que invadiram a Corporação da Polícia Militar, invadiram a Prefeitura Municipal, seqüestraram os policiais da cidade, seqüestraram o Prefeito da cidade, e em menos de meio hora, assaltaram 3 agências de bancos da cidade de Ortigueira, agências dos Correios e Telégrafos também de Ortigueira. Saíram atirando para cima, agrediram homens, mulheres, crianças, chutaram crianças na cidade, realmente assustando não só a nossa cidade de Ortigueira, mas todo o estado do Paraná.

Naquele momento que recebíamos o telefonema da ex-Prefeita, dona Marlene, de alguns Vereadores, no momento em que estava sendo feito o assalto, fizemos o contato com a Secretaria da Segurança e de imediato foi mandada toda a equipe do COE de Curitiba, a equipe da Polícia Civil e da Polícia Militar, grupo de Inteligência da Polícia Militar, o helicóptero do Governo do Estado, o

Caravan, e forma remetidas todas as equipes de segurança.

Por isso, estou fazendo, Sra. Presidente e demais Deputados, o voto de congratulações ao Major e à Polícia de Choque do Estado do Paraná, toda a corporação, ao próprio Secretário da Segurança, pela eficiência que temos na nossa polícia e da inteligência do estado, pela Polícia Civil e pela Polícia Militar.

Em menos de 24 horas, conseguimos resgatar todo o dinheiro roubado das agências, prendemos todos os bandidos da cidade, tivemos não só a recuperação moral das pessoas que estavam assustadas em Ortigueira, mas, principalmente, já identificamos o núcleo, que era na cidade de Londrina.

Por isso, muitas vezes, como já disse, vimos reclamar da área da segurança, mas tenho consciência que o Secretário de Estado da Segurança tem feito um serviço de extrema importância, não só tornando mais inteligente e eficaz a polícia, levando equipamentos sofisticados para identificação imediata e parabenizar a todas as corporações pela eficiência deste e de tantos outros serviços prestados. Falo deste porque tornou-se notícia nacional, mas cito que neste mês foram presas 4 quadrilhas de assaltos a bancos aqui em Curitiba. Pessoas de São Paulo e do Rio de Janeiro, que vieram ao Pan-Americano, fugiram do estado do Rio de Janeiro e se instalaram na região sul do país. As 4 quadrilhas estão presas e alguns já estão até sendo transferidos para o Rio de Janeiro.

Por isso, reitero o voto de congratulações a toda equipe de segurança do estado, e trago a este Plenário, também, as notícias da eficiência da área da segurança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Em votação o requerimento do Deputado Cleiton Kielse.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)

Quero manifestar que vou votar a favor deste requerimento do Deputado Kielse, com relação à questão de segurança, e pedir apoio do Deputado Kielse que lá na minha região não está sendo bem assim a segurança. Lá está precisando de mais apoio, mais policiais, está precisando de uma reforma no mini-presídio, na delegacia. Eu fiz esta semana um pedido neste sentido e preciso da ajuda do Deputado Kielse, que também é bem votado naquela região, para que possamos ajudar a prender os assaltantes de ônibus, que tem acontecido muito naquela região, acabar com as fugas de presos da Delegacia de Campo Mourão e acabar com a superlotação de presos em Campo Mourão, inclusive em Araruna, V. Exa. também é bem votado lá, naqueles municípios da nossa região.

Voto a favor do seu voto de congratulações à Polícia Militar, mas deixo este pedido de ajuda a V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Queria reiterar um convite a todos os Deputados, que na sexta-feira será inaugurado o novo presídio de Cascavel, para onde serão transferidos centenas de presos, condenados em várias delegacias do estado, concluindo-se o 5º presídio deste Governo. Temos a missão de esvaziar as delegacias com condenados e a previsão, até 2008, é de inaugurarmos 11 presídios no estado.

Por isso, reitero não só a questão da Polícia Militar. Falamos, hoje, com o Comandante-Geral, pela manhã, serão 760 novos policiais até o final do mês de setembro, contratados e deslocados para vários batalhões do estado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Gostaria de pedir a compreensão das Sras. e Srs. Deputados, porque estamos num processo de votação. Poderá ser feito, inclusive, nas Explicações Pessoais.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Só para concluir. Teremos até o final do mês de setembro a conclusão do curso destes policiais e todos os Deputados estarão convidados para a formatura. Temos certeza de que Campo Mourão e toda região terão esvaziamento dos presos que lá temos.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Já colocamos em processo de votação, Deputado. Consulto se o senhor está pedindo questão de ordem, porque para encaminhar nós já encerramos, porque abrimos o processo de votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Ok.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Aprovado.

Requerimento nº 2419, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 373, 486, 496 e 498/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/07 e do Projeto de Resolução nº 009/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 339, 355 e 459/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 327

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicitar que seja disponibilizada uma cancha poliesportiva coberta e melhorias para o Colégio Estadual Costa Viana, no município de São José dos Pinhais.

A Exma. Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, Diretora-Presidente da FUNDEPAR.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se à Sra. Presidente, para solicitar o seguinte:

1) Seja disponibilizada uma cancha poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Costa Viana, no município de São José dos Pinhais;

2) Sejam substituídas as salas de aula de madeira por salas de alvenaria, no mesmo colégio.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois o local possui uma quadra que foi iniciada em 1997, mas até hoje não foi concluída, sendo que a necessidade é urgente pois os alunos não dispõem de local adequado, no centro de São José dos Pinhais, para praticar atividades esportivas e de lazer, uma vez que o ginásio esportivo Ney Braga é de uso restrito dos atletas da prefeitura. Também as melhorias são necessárias, pois as salas de aula de madeira apresentam problemas de conservação e não podem mais subsistir ante os dias atuais.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 328

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicitar que seja instalada uma escola estadual no bairro Uberaba, em Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário Estadual de Educação.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) Seja instalada uma escola estadual no bairro Uberaba, em Curitiba, entre a linha do trem e o Rio Iguaçu.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois temos informações de que a Prefeitura Municipal de Curitiba está disposta a viabilizar, por gestão do Vereador Ângelo Batista (PP), uma área de 9.000m2 nesta localização, que possui demanda suficiente para receber uma nova escola.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 329

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicitam a compra imediata de equipamento de ultra-sonografia para o Departamento de Saúde do município de Santa Mariana.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário Estadual da Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) A compra imediata de equipamento de ultra-sonografia para o Departamento de Saúde do município de Santa Mariana.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem por objetivo atender a grande demanda dos munícipes de Santa Mariana, que são pessoas carentes em sua maioria, e que ao necessitarem de atendimento com exames complexos procuram o Departamento de Saúde do município onde precisam ser atendidos dignamente.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 330

Autoria: Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Solicita ao Secretário de Estado da Educação a cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Presidente Kennedy, em Maringá.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando do mesmo a cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Presidente Kennedy, em Maringá.

Cabe salientar que a signatária protocolizou requerimento em fevereiro de 2007, solicitando essa providência.

Trata-se de reivindicação da comunidade, haja vista a importância das atividades esportivas na qualidade de vida dos alunos do referido colégio.

Conforme correspondência da Direção do Colégio Estadual Presidente Kennedy, aquela instituição atende mais de 900 (novecentos) alunos, os quais ficam expostos a sol e chuva durante as atividades físicas. É fundamental que Maringá e o Paraná ainda tenham que conviver com essa situação desfavorável ao desenvolvimento integral dos jovens nas escolas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 331

Autoria: Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e à Secretária da Cultura a instalação de antena retransmissora do sinal da Rede de Televisão Paraná Educativa, em Paranavaí.

Sr. Governador do Estado do Paraná e Sra. Secretária da Cultura.

Paranavaí e os municípios de seu entorno que compõem a região noroeste do Paraná, atualmente, não podem captar o sinal de retransmissão da programação da emissora de televisão Paraná Educativa, em virtude da ausência de antena que o retransmita com força o suficiente, de modo que as imagens que cheguem aos televisores dos cidadãos daquela microrregião com nitidez, razão pela qual, por meio desta indicação, propõe-se ao Governador do estado e à Sra. Secretária da Cultura a instalação de antena retransmissora da Rede Paraná Educativa no município de Paranavaí.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

JUSTIFICATIVA:

Vivemos na era da informação, na qual instrumentos como a internet e a televisão tornaram-se insubstituíveis para divulgar conhecimentos e aperfeiçoar o processo educativo dos cidadãos.

No estado do Paraná tal papel vem sendo cumprido com destaque pela Rede de Televisão Paraná Educativa, a qual, com sua programação voltada para a formação cultural e política dos cidadãos paranaenses, tem levado aos lares de seus telespectadores, programas, informações e conhecimentos que complementam a formação por eles recebida na escola, na universidade e nas diversas profissões em que eles atuam, prestando assim, serviço notável à comunidade.

Em razão disso, torna-se de fundamental importância instalar a antena retransmissora da Paraná Educativa na região noroeste. Ademais, a comunidade de Paranavaí já ofereceu gratuitamente o espaço necessário para instalação dos aparelhos de retransmissão do sinal da rede de

televisão Paraná Educativa, fato que por si só expressa o desejo e o comprometimento dos cidadãos da região noroeste com a presente indicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 332

Autoria: Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe a construção da nova unidade da Delegacia da Polícia Civil no Alto Maracanã, município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) A construção da Delegacia de Polícia Civil do Alto Maracanã, no município de Colombo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

JUSTIFICATIVA:

A solicitação justifica-se na necessidade premente de uma nova unidade e própria para a Delegacia da Polícia Civil que possa atender a uma população crescente com mais de 140 mil habitantes e paralelamente o aumento da violência. A atual unidade não comporta mais a demanda e em virtude das obras do PIT, no Terminal Maracanã, torna-se inviável a permanência no local e ainda pela mesma estar ao lado de um colégio estadual de grande porte, com mais de 1.500 alunos. Está sendo providenciado um local provisório em prédio alugado, não dando nenhuma condição legal para que possa atender a demanda, assim uma nova unidade dará melhores e eficazes condições de trabalho aos profissionais da segurança e tranquilidade aos cidadãos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 333

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção da cobertura da quadra esportiva, na Escola Estadual Presidente Kennedy, no município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a construção da cobertura da quadra esportiva, na Escola Estadual Presidente Kennedy, no município de Maringá;

II - Estamos apresentando a presente indicação, atendendo inúmeras solicitações da comunidade maringense, e que há muito reivindica a construção da cobertura na quadra.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 334

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita a imediata instituição de amplo programa de prevenção à Hepatite dos tipos A, B e C, e à Cirrose Hepática.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário Estadual de Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja com urgência, instituído um amplo programa de prevenção à Hepatite dos tipos A, B e C e também à Cirrose Hepática.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 14.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois estas doenças são de fácil prevenção e simples tratamento, quando descobertas em sua fase inicial, bastando o incentivo ao exame de sangue.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 335

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita a criação de um programa de policiamento comunitário utilizando-se os guardadores de carros em vias públicas.

Ao Exmo. Coronel Nemésio Xavier de França, Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Comandante para solicitar o seguinte:

1) Seja criado um programa de treinamento dos guardadores de carro (flanelinhas) para atuarem como “olheiros” nas ruas das cidades paranaenses.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois tais pessoas podem contribuir como parceiros no policiamento comunitário, aprendendo técnicas para identificar movimentação de criminosos e situações de risco no dia-a-dia e aprender a comunicar à polícia tais eventos.

Poderia ser utilizado o modelo de projeto adotado pela Polícia Militar de Goiás, em que além do curso de 4 horas, os “flanelinhas” são cadastrados e recebem coletes, crachás e bonés para identificação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 336

Autoria: Deputado Fábio Camargo

SÚMULA:

Indica a cidade de Campo Mourão, para a construção de uma Biblioteca Cidadã.

Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I - Indico a cidade de Campo Mourão para a construção de uma Biblioteca Cidadã.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 337

Autoria: Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a instalação de mais uma Subdivisão Policial, bem como a instalação do Batalhão de Polícia Militar no município de Umuarama.

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A instalação de mais uma Subdivisão Policial no município de Umuarama.

II - A instalação do Batalhão da Polícia Militar no mesmo município.

III - Estas são reivindicações antigas dos moradores que, representados por diversas instituições, realizou em 11 de abril de 2007, uma mobilização pela paz no município e encaminhou ao Prefeito um rol das principais medidas necessárias.

IV - Umuarama tem sido utilizada como uma das principais vias de entrada de drogas e armas em nosso estado, alimentando a criminalidade e a delinquência.

V - A administração municipal está, também, pleiteando junto aos órgãos federais, medidas que contribuam para o enfraquecimento da situação.

VI - Dentre os órgãos que assinam o manifesto em busca de soluções para a segurança no município destacamos:

Sindicato Patronal do Comércio de Umuarama.

Sindicato dos Empregados no Comércio de Umuarama.

Sindicato Rural Patronal de Umuarama.

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção e Mobiliário de Umuarama.

Sindicato dos Empregados na Indústria de Alimentos de Umuarama.

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Umuarama.

Sindicato dos Empregados na Saúde Privada de Umuarama.

Sindicato dos Empregados em Turismo e Hotelaria de Umuarama.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Umuarama.

O atendimento destas reivindicações trará enormes benefícios tanto à comunidade local como para todo o

povo paranaense.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 338

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe a doação de materiais a serem utilizados na operação tapa buraco entre a Prefeitura Municipal de Jacarezinho e a Secretaria de Transportes do Estado do Paraná para calçamento de rua.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Sr. Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A doação de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) litros de emulsão asfáltica, tipo RL-C1, e de 1.800 (mil e oitocentos) m³ de pó de pedra, a serem aplicados na construção de leito de asfalto, para realização da operação tapa buracos nas ruas da cidade.

2) A solicitação justifica-se em virtude de que o município de Jacarezinho, estado do Paraná, tem encontrado grandes dificuldades para manter em condições de tráfego a sua malha asfáltica. A vida útil do pavimento está vencida, o que ocasiona a existência de inúmeras falhas (buracos) em praticamente todas as ruas da cidade. É bem sabido que a trafegabilidade é essencial para a segurança do munícipe, tanto para os condutores de automóveis como para os pedestres e ciclistas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 339

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe construção de cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Manoel Sebastião Gonçalves do município de Tomazina.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A construção de cobertura em quadra poliesportiva da Escola Estadual Manoel Sebastião Gonçalves, do município de Tomazina.

A presente indicação visa propiciar aos alunos e corpo docente, uma melhoria na qualidade de ensino, principalmente nas aulas de educação física que requerem atividades esportivas e recreativas fora das salas de aula, onde os alunos estariam protegidos das intempéries,

pois os alunos, em dias chuvosos ficam confinados e sem atividades correlatas dentro das salas de aula.

Esta infra-estrutura propiciaria à escola condições para o funcionamento regular das atividades, dando possibilidade à viabilização de vários projetos que requerem a referida cobertura, como atenderia o interesse da população local para outras atividades de interesse sócio-educacional.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 340

Autoria: Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a pavimentação asfáltica da PR-553 no trecho que liga Luiziana a Mamborê.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação asfáltica da PR-553 no trecho que liga Luiziana a Mamborê.

II - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Luiziana e da Câmara Municipal de Mamborê, justificando que os dois municípios têm uma participação considerável em tudo que se produz na região, mais especialmente no que diz respeito a produção de soja, representando a terceira maior produtora de grãos do estado.

IV - A pavimentação pretendida reduzirá a distância entre os municípios de Mamborê, Luiziana e Curitiba, bem como o acesso ao porto de Paranaguá em mais de 30 (trinta) quilômetros, evitando uma praça de pedágio (Mamborê - Campo Mourão) e beneficiando também vários municípios da região.

V - A pleiteada pavimentação foi iniciada no começo dos anos 80, no entanto, ficou somente na terraplanagem e a sua manutenção ficou a cargo do DER. Como resultado disso, as pessoas que utilizam este caminho precisam enfrentar uma estrada esburacada e sem manutenção, que em dias de chuva fica quase intransitável.

VI - Portanto o escoamento da safra sofreria um impacto muitíssimo significativo com o atendimento desta reivindicação.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios tanto à comunidade local como a todo o povo paranaense.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 341

Autoria: Deputado Fábio Camargo

SÚMULA:

Requer a Construção e pavimentação do Contorno Norte de Cambé e Londrina.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I - Requer a construção e pavimentação do Contorno Norte, abrangendo as cidades de Cambé e Londrina.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal obra visa facilitar o tráfego de veículos, principalmente caminhões que fazem o transporte das safras agrícolas, tirando-os das áreas centrais de Londrina e Cambé, bem como possibilitará o desenvolvimento de nossa região, possibilitando a implantação de novos parques industriais e oferecerá maior segurança a toda a população. Conforme informações, a via já está projetada a alguns anos, mas até o momento não se tornou realidade.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 342

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita o recapeamento asfáltico da Rua Mato Grosso (Estrada Velha Curitiba-Campo Largo).

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja recapeada a Rua Mato Grosso (estrada velha que liga Curitiba a Campo Largo), nos municípios de Curitiba e Campo Largo, trecho que se inicia junto à Volvo do Brasil no viaduto da Avenida JK, até Timbo-tuva, num trecho aproximado de 14 quilômetros.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois esta via de ligação é uma das mais importantes e possui um movimento muito grande de veículos e ônibus (mais de 8 linhas de ônibus), sendo que a região está em pleno crescimento, possuindo cerca de 20 mil habitantes, além de favorecer a segurança e o turismo na região.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 343

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicitar que seja implantada a rede de esgoto que atenda as Ruas Emílio Mercuri e Ney Leprevost,

no bairro Santo Inácio, no município de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Stênio Jacob, Presidente da SANEPAR.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Presidente, para solicitar o seguinte:

1) Seja implantada rede de esgoto nas Ruas Emílio Mercuri e Ney Leprevost, no bairro Santo Inácio, no município de Curitiba.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois o local não possui rede de esgoto, impedindo que as residências possam se adequar aos padrões e normas de saneamento ambiental, auxiliando no projeto de despoluição da bacia do rio Barigui.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 344

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere que a cirurgia de transplante de medula óssea, seja realizada também na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde Pública.

O Deputado Dr. Batista dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere que a cirurgia de transplante de medula óssea, seja realizada também na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

II - Estamos apresentando a presente indicação, procurando atender a população maringaense e da região norte do Paraná, neste tratamento médico de alta complexidade, objetivando, com isso, melhores condições de tratamento de saúde aos paranaenses menos privilegiados economicamente.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 345

Autoria: Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe o aumento de contingente de policiais e ronda ostensiva na zona rural do município de Engenheiro Beltrão.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública. O Deputado Douglas Fabrício valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - O aumento do contingente de policiais civis e militares na zona rural do município de Engenheiro Beltrão.

II - A determinação de ronda ostensiva na zona rural do mesmo município.

III - Esta é uma reivindicação antiga dos moradores e em especial nestes últimos tempos, onde tem sido frequentes os furtos e os roubos, tanto de equipamentos agrícolas quanto de maquinários dos produtores.

IV - Representantes dos moradores da zona rural têm incansavelmente pleiteado junto ao Governo do Estado por providências e não vêm sendo atendidos.

V - A insegurança já atingiu patamar muito elevado e somente com o atendimento quanto ao aumento do contingente e o acirramento das rondas ostensivas poderemos minimizar tal situação, com enormes benefícios à comunidade rural do município.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 346

Autoria: Deputado Fábio Camargo

SÚMULA:

Dispõe sobre a criação da Subdivisão da Polícia Civil no município de Palmas.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Criar a Subdivisão da Polícia Civil no município de Palmas, abrangendo os seguintes municípios: Palmas, Clevelândia, Manguaçu, Honório Serpa e Cel. Domingos Soares.

A Secretaria da Segurança fará estudo para levantar o quadro necessário a fim de atender às necessidades dos municípios.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A criação da Subdivisão Policial proposta é uma medida de cunho preventivo, educativo, cultural, social e político que se sobrepõe às medidas adotadas empiricamente e aos paliativos ou arremedos de segurança que existem atualmente.

Como se nota, é absolutamente e inadiavelmente necessário dar-se recepção ao pleito em tela e em termos de políticas e ações concretas, primarmos pelas providências que serão definidas, agilizadas, praticadas e decididas para fazer-se frente aos graves problemas de segurança pública. Sobretudo, para erradicar-se por meio de ações integradas o crime e a violência reinantes na região, a par da coordenação e execução de trabalhos especializados, competentes e efetivamente exequíveis, tendo-se na Subdivisão Policial a ser criada um meio efetivo, pronto e concreto para o coroamento das expectativas palmenses em sua totalidade.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 347

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Solicita alocação de recursos visando a construção de uma Casa da Cultura no município de Tamboara.

O Deputado que a presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere que sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, para:

1) Alocação de recursos visando a construção de uma Casa da Cultura no município de Tamboara.

JUSTIFICATIVA:

O município de Tamboara não possui um auditório ou um espaço adequado para representações teatrais, apresentações artísticas e musicais, seminários ou outro tipo de evento do gênero. Há muito tempo seus Vereadores batalham pela construção desse espaço, sem sucesso no entanto.

A Câmara Municipal de Tamboara reunida, solicita a realização de estudo dessa viabilidade.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 348

Autoria: Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a construção de uma usina que transforme lixo orgânico em gás para energia em Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a construção de uma usina que transforme lixo orgânico em gás para energia na capital do estado;

II - Estamos apresentando a presente indicação, procurando atender os princípios de preservação da natureza e da melhoria da condição de vida da nossa comunidade.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 349

Autoria: Deputado Péricles de Mello

SÚMULA:

Propõe reformas na Escola Estadual Professor Becker e Silva - Ensino Fundamental - do município de Ponta Grossa, conforme solicitação abaixo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o que segue:

1) Solicitação da construção de um refeitório para a Escola Estadual Becker e Silva, de Ponta Grossa. Conforme informações da Diretora Leutrice Maria Scheffer, atualmente os alunos fazem a merenda dentro das salas de aula, orientados pelos professores.

2) a indicação justifica-se pela urgência do estado em atender essa necessidade que é básica para a escola. Tal benfeitoria é de suma importância, visto que proporcionará um ambiente adequado, mais agradável e acolhedor, promovendo melhores hábitos de higiene, respeito, dignidade, além da socialização entre os alunos.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 350

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe construção de cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Professora Rosilda de Souza Oliveira no município de Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A construção de cobertura da quadra poliesportiva deste estabelecimento de ensino, mesmo que tenha apenas 4 anos de construção, não foi planejado com a referida cobertura.

2) A solicitação justifica-se em virtude de que prejudica as atividades escolares, tendo em vista que em dias de chuva as atividades de educação física não podem ser realizadas nesse espaço e, mesmo em dia de sol, especialmente de sol intenso, a prática de esporte a céu aberto se torna inviável em razão dos riscos à saúde dos alunos. Além disso, uma quadra coberta possibilita inúmeras atividades, inclusive junto à comunidade local, podendo ser transformada também em ponto de encontro para atividades culturais, apresentações e grandes reuniões de pais e comunidade.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 351

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe construção de cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Vila Macedo no município de Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A construção de cobertura da quadra esportiva deste estabelecimento de ensino.

2) A solicitação justifica-se em virtude de inúmeros transtornos ocasionados com alunos e moradores, pois na região não existe áreas de lazer, e os mesmos acreditam que o espaço deve ficar aberto no horário escolar. Assim sendo, esta obra atenderá os anseios dos 9 mil moradores da Vila Macedo, como também dos educandos.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 352

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita a instalação de um Centro de Saúde da Mulher, no município de Rio Negro.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, Secretário Estadual de Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja instalado, no município de Rio Negro, um Centro de Saúde da Mulher.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois a população local está pleiteando este tipo de atendimento médico especializado, haja vista a carência no atendimento de saúde à mulher rio-negrense.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 353

Autoria: Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a pavimentação asfáltica da estrada que liga os municípios de Mamborê e Nova Cantú.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação asfáltica da estrada que liga os municípios de Mamborê e Nova Cantú.

II - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Mamborê, justificando que os 2 municípios têm uma participação considerável em tudo que se produz na região, mais especialmente no que diz

respeito à produção de soja, representando a terceira maior produtora de grãos do estado, e a região do distrito de Guarani, que faz divisa com o município de Nova Cantú, é responsável por 40% (quarenta por cento) desta produção, bem como considerável produção de milho.

IV - A pavimentação pretendida reduzirá a distância entre os municípios de Mamborê e Nova Cantú, refletindo de forma significativa no escoamento das safras agrícolas.

V - Cabe, ainda, ressaltar que o atendimento de tal pleito reduzirá a distância entre os municípios, que dos 110 quilômetros atuais viriam para apenas 45 quilômetros, beneficiando os milhares de usuários que hoje precisam se utilizar de uma estrada esburacada e em dias chuvosos torna-se intransitável.

VI - Cabe ressaltar que foram licitadas as obras de pavimentação entre Mamborê e o distrito de Guarani, e já foram executadas as obras nos primeiros quilômetros. Portanto, restam concluir esta primeira etapa e, posteriormente, incluir o trecho até o município de Nova Cantú.

VII - Portanto, o escoamento da safra sofreria um impacto muitíssimo significativo com o atendimento desta reivindicação.

VIII - Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios tanto à comunidade local como a todo o povo paranaense.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 354

Autoria: Deputado Péricles de Mello

SÚMULA:

Propõe reformas no Colégio Estadual Arthur da Costa e Silva, do município de Ivaí, conforme solicitação abaixo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o que segue:

1) solicitação de verba complementar do Fundo Rotativo feito em abril de 2006 para realização de pintura e reparos no Colégio Estadual Arthur da Costa e Silva. Protocolo nº 84.927.333-1.

2) a indicação justifica-se pela urgência do estado em atender necessidades que são básicas da escola e que há tempo estão sendo solicitadas. As reformas vão conservar a infra-estrutura do prédio, patrimônio da cidade de Ivaí.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 355

Autoria: Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Solicita incluir no calendário de eventos esportivos do estado o Campeonato Inter-regional de Veteranos de Atletismo - CIVA, realizado em Paranaguá, entre os nipo-brasileiros.

O Deputado que a presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere que sejam adotadas providências pela Paraná Esportes - SEED para:

1) incluir no Calendário de Eventos Esportivos do Estado o Campeonato Inter-regional de Veteranos de Atletismo - CIVA, realizado em Paranaguá, entre os nipo-brasileiros.

JUSTIFICATIVA:

O Campeonato Inter-regional de Veteranos de Atletismo, será realizado este ano nos dias 21 e 22 de julho em Paranaguá, enquanto a seletiva para esse campeonato será realizada no dia 27 de maio de 2007.

O CIVA acontecerá pela segunda vez com provas de lançamento de disco, arremesso de peso, lançamento do dardo, salto em distância, salto em altura, salto triplo e corridas, marchas e revezamento, nas categorias masculino e feminino, com premiação individual e coletiva.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 356

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita o recapeamento asfáltico da rodovia estadual que liga os municípios de Jaguariaíva a Wenceslau Braz, em toda a sua extensão.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja recapeada a rodovia estadual que serve de ligação entre os municípios de Jaguariaíva a Wenceslau Braz, em toda a sua extensão.

2) Justificativa: Tal solicitação se faz necessária, pois esta via de ligação é uma das mais importantes e possui um movimento muito grande de veículos de passeio, caminhões e ônibus, estando em situação bastante precária, com desníveis e crateras em toda a rodovia.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 357

Autoria: Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a pavimentação asfáltica da BR-158, no trecho que liga os municípios de Campo Mourão a Roncador.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação asfáltica da BR-158 no trecho que liga os municípios de Campo Mourão a Roncador.

II - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido, nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Campo Mourão, justificando que os dois municípios têm este anseio já a muitas décadas.

IV - A pavimentação pretendida, reduzirá a distância entre os municípios, beneficiando também vários municípios da região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 358

Autoria: Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a instalação de um redutor de velocidade na BR-369, sentido Cascavel - Campo Mourão.

Exmo. Sr. Governador de Estado, Roberto Requião.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A instalação de um redutor de velocidade na BR-369, sentido Cascavel - Campo Mourão.

II - A Câmara Municipal de Campo Mourão também encaminhou pedido formal dirigido ao Superintendente Regional do DNIT, Sr. David José de Castro Gouvea, e ao Presidente da VIAPAR, Sr. Inaro Fontan Pereira, requerendo a instalação do redutor de velocidade na BR-369, sentido Cascavel - Campo Mourão, no trevo de acesso à Universidade Tecnológica do Paraná - UTFPR.

III - O referido trevo tem um movimento muito intenso e os veículos transitam em alta velocidade pelo local, colocando incessantemente em risco toda a população local.

IV - A instalação pretendida, reduzirá, em muito tal risco, beneficiando todos que por ali transitam.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 359

Autoria: Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Estado do Planejamento a liberação de recursos destinados à execução de obras do distrito do Vale Azul, no município de Sarandi.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado do Planejamento, sugerindo a liberação de recursos destinados à realização de obras no distrito do Vale Azul, no município de Sarandi.

Cabe salientar que em novembro de 2006 esta Assembléia Legislativa aprovou o requerimento anexo, solicitando obras no referido distrito. Esta Casa não recebeu resposta e a população da região continua passando as mesmas dificuldades.

O descaso com aqueles cidadãos pode ser observado nas fotografias anexas ao processo.

A comunidade do distrito do Vale Azul reivindica, na ausência da pavimentação asfáltica, a instalação de pedras irregulares, após a realização de obras para escoamento das águas pluviais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 360

Autoria: Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe indicação para vogal da Junta Comercial do Estado do Paraná o Sr. Hécio Beatrici.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior, dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, para expor e reivindicar o seguinte:

1) A indicação para compor o quadro de vogal da Junta Comercial do Estado do Paraná, o Sr. Hécio Beatrici, RG nº 2.068.373-2 - PR.

A presente indicação visa o preenchimento de uma das vagas aberta por vacância de representante do Governo do Estado.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.05.07.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 361

Autoria: Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita a parceria da Secretaria de Estado de Meio Ambiente com as prefeituras paranaenses, para a instalação e manutenção de recipientes de recolhimento de lixo reciclável.

Ao Exmo. Sr. Lindsley Rasca Rodrigues, Secretário Estadual de Saúde.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja firmada parceria da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com as prefeituras dos municípios paranaenses, para a instalação e manutenção de recipientes de recolhimento de lixo reciclável.

2) Justificativa: Tal solicitação se faz necessária, pois a importância do trabalho em torno da reciclagem de lixo muitas vezes se faz impossível em razão da falta de recursos das prefeituras em instalar e manter recipientes adequados de recolhimento de material reciclável e perigoso, em locais acessíveis à população.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 362

Autoria: Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Sugere que o estado forneça ao pequeno criador a vacina contra febre aftosa.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se às V. Exas., para expor e reivindicar o seguinte:

I - sugere que o estado forneça, ao pequeno criador que possua até 10 (dez) animais, vacina contra febre aftosa;

II - a vacina contra febre aftosa vem em embalagens com 15 ampolas. Muitas vezes o criador, que tem animais somente para seu sustento, não tem condições de comprar uma embalagem inteira e com isso deixa de vacinar a sua criação, dando margem para que ocorra a infecção da febre aftosa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 363

Autoria: Deputado Fábio Camargo

SÚMULA:

Providências para o recapeamento e construção de acostamento na rodovia PR-218.

Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I - Requer o recapeamento e acostamento na PR-218 - Rodovia Jorge Baggio.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A rodovia acima citada está em péssimas condições, colocando em constante risco as vidas das pessoas que da rodovia se utilizam.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 364

Autoria: Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a conclusão da pavimentação asfáltica da estrada Campo Mourão - Fazenda Boa Esperança.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação asfáltica da estrada Campo Mourão - Fazenda Boa Esperança, através do Programa “Caminhos do Saber”, no município de Campo Mourão.

II - O Poder Legislativo de Campo Mourão pleiteia o atendimento deste anseio na certeza de que esta é uma das mais importante estradas rurais do município de Campo Mourão, uma vez que atende uma das mais produtivas regiões do município. Além deste fato, tal estrada localiza-se em região de relevo acidentado, o que dificulta, e muito, o trânsito pela mesma, principalmente em períodos chuvosos.

III - A falta de manutenção no trecho já pavimentado está contribuindo para a sua depredação. O abandono vem causando uma perda significativa dos investimentos já efetuados no local. A quantidade de buracos na pista demonstra tal necessidade.

IV - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas. O asfaltamento desta estrada representa um sonho de décadas de toda a população local.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 365

Autoria: Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe a instalação da Delegacia da Mulher no Alto Maracanã, município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança do Paraná.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Exmo. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) Que seja instalada a Delegacia da Mulher, no Alto Maracanã, município de Colombo.

2) Justificativa.

Em conformidade com a Lei nº 11340/06 (Lei Maria da Penha), visando proporcionar uma política pública e gratuita para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, proporcionando ações onde o estado cumpre com o seu papel, assegurando o direito e a assistência à mulher em situação de violência. Se faz necessário a implantação no Alto Maracanã, no município de Colombo, por ser uma região de elevada densidade demográfica e com alto índice de violência contra a mulher e não tendo, como indica a lei, uma assistência própria e com estrutura definida quanto a complexidade exige, como a integração de atendimento multidisciplinar realizado por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Para abrigar a Delegacia da Mulher, indicamos que seja reformado o prédio onde hoje estava instalada a Delegacia do Alto Maracanã, que foi transferida para outro local, e pelo fácil acesso da população, ou a construção de um prédio próprio para tal fim.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 366

Autoria: Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe a construção de escola estadual no Jardim Arapongas, no município de Colombo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) Solicitar a construção de uma nova unidade escolar estadual no Jardim Arapongas no município de Colombo.

2) Justificativa.

Tal solicitação justifica-se no aumento de alunos para o ensino fundamental de 5ª a 8ª série e ensino médio, que terá um raio de abrangência de 11 bairros. Atualmente apenas duas escolas: Escola Estadual Dom João Bosco e Colégio Estadual Abraham Lincon, estão atendendo esses alunos, que para este ano de 2007 o NRE/AM Norte, teve que alugar um prédio para poder abrigar mais de 350 alunos que ficaram fora de sala de aula. A nova unidade atenderia a esta demanda, desafiando as duas escolas existentes e distantes uma da outra, garantindo assim uma educação de qualidade e gratuita para a população.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 367

Autoria: Deputado Caíto Quintana

SÚMULA:

Sugere estudos sobre a redução da alíquota de ICMS dos vinhos no estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda.

O Deputado Caíto Quintana dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

- Estudos sobre revisão da alíquota de ICMS dos vinhos no estado do Paraná, que hoje é de 27%, visando a redução para 18%, com objetivo de incentivar o consumo do produto e o desenvolvimento de indústrias locais.

- Trata-se de uma sugestão já encaminhadas à Secretaria de Estado da Fazenda, pela Associação Paranaense de Supermercados - APRAS, que estamos ratificando, por entender que, se atendida, virá beneficiar em muito a indústria paranaense, fazendo crescer o consumo de vinho e, conseqüentemente, gerando novos empregos, a exemplo do que já ocorre no Estado do Rio Grande do Sul, que já pratica alíquota diferenciada de 17% para os vinhos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

